

FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO PROFISSIONAL EM TEOLOGIA

AURICEIA FERREIRA SOUTO SPÓSITO

**A (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA À EUTANÁSIA: UM ESTUDO  
DE CASO COM UMA TURMA DO CURSO DE FISIOTERAPIA  
DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA  
DA CONQUISTA - BA**

São Leopoldo

2020

AURICEIA FERREIRA SOUTO SPÓSITO

**A (IN)TOLERÂNCIA RELIGIOSA À EUTANÁSIA: UM ESTUDO  
DE CASO COM UMA TURMA DO CURSO DE FISIOTERAPIA  
DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA  
DA CONQUISTA - BA**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional de Teologia: linha de pesquisa em Gestão e Ética, Faculdade EST, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Dra. Gisela Isolde Waechter Streck

São Leopoldo

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S764i Spósito, Auriceia Ferreira Souto

A (in)tolerância religiosa à eutanásia : um estudo de caso com uma turma do curso de fisioterapia de uma instituição de ensino superior de Vitória da Conquista - BA / Auriceia Ferreira Souto Spósito ; orientadora Gisela Isolde Waechter Streck . – São Leopoldo : EST/PPG, 2020.

65 p. : il. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2020.

1. Religião. 2. Eutanásia. 3. Bioética. I. Streck, Gisela Isolde Waechter, orientadora. II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

**A (IN)TOLERANCIA RELIGIOSA À EUTANÁSIA: UM ESTUDO DE CASO COM  
UMA TURMA DO CURSO DE FISIOTERAPIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE  
ENSINO SUPERIOR DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para a obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Linha de Atuação: Ética e Gestão

Data de Aprovação: 19 de janeiro de 2021.

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gisela Isolde Waechter Streck (Presidente)  
Participação por webconferência

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Laude Erandi Brandenburg (EST)  
Participação por webconferência

Prof. Dr. Elivaldo Serrão Custódio (UNIFAP)  
Participação por webconferência

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por sempre colocar pessoas maravilhosas em meu caminho, que me fazem acreditar num mundo melhor e me encorajam a prosseguir. Obrigada por nunca soltar a minha mão e me guiar em todos os momentos.

Obrigada, Wagner e Lucas, por acreditarem no meu sonho e sempre me motivarem a seguir em frente. É confortante saber que posso contar com vocês em todos os momentos da minha vida. Amo vocês!

À minha família, sinônimo de amor e união, a minha gratidão.

Agradeço à minha orientadora, Gisela Isolde W. Streck, a oportunidade de realizar este trabalho. Obrigada pela confiança e por me atender com paciência todas as vezes que pedi socorro. Agradeço todos os ensinamentos compartilhados de forma admirável. Muito obrigada por tudo!

Agradeço imensamente à coordenação do curso de Fisioterapia da Instituição de Ensino Superior da Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR, Adna Gorette Ferreira Andrade, por proporcionar oportunidade da realização dessa pesquisa.

Agradecimento especial a todas as pessoas que contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente.

## RESUMO

Esta dissertação surgiu do interesse em investigar a pluralidade cultural na sala de aula do ensino superior e como ela se manifesta diante do tema “eutanásia”. O *corpus* consiste numa turma da disciplina de Bioética e Deontologia do IV Semestre do curso de Fisioterapia da Faculdade Independente do Nordeste, situada na cidade de Vitória da Conquista, Bahia. Os discentes participantes desta pesquisa totalizam 27 pessoas, sendo 23 mulheres e quatro homens. Para o desenvolvimento desta pesquisa, amparamo-nos em estudos de diversas áreas, sobretudo, da Teologia, Filosofia, Sociologia e Educação. A metodologia utilizada foi qualitativa e quantitativa, sendo desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e realizada uma entrevista por meio de um questionário. A pergunta norteadora desta pesquisa é: A religião influencia o nível de tolerância em relação à eutanásia? A análise dos dados contemplou as respostas das sete perguntas do questionário, sendo quatro objetivas e três discursivas. Partimos da hipótese de que o ensino superior, por ser um espaço que ampara a diversidade entre os estudantes, propicia a manifestação das diferenças de maneira respeitosa. Segundo os resultados, dos 27 entrevistados, 16 são favoráveis e 11 são contrários à prática da eutanásia. No entanto, apesar da manifestação contrária à prática de tal procedimento, a totalidade dos informantes afirmou não ter passado por constrangimento, nem se sentiu ofendida ou ofendido, pela abordagem do tema “eutanásia” em aula, havendo respeito às opiniões contrárias.

**Palavras-chave:** Religião. Eutanásia. Bioética.

## ABSTRACT

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2 BIOÉTICA, EUTANÁSIA E RELIGIÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 COMPORTAMENTO RELIGIOSO NO BRASIL .....</b>	<b>11</b>
2.1.1 Denominações religiosas presentes no Brasil .....	12
2.1.2 Comportamento religioso brasileiro.....	16
<b>2.2 EUTANÁSIA: CONCEITO E O PAPEL DA BIOÉTICA E DA RELIGIÃO .....</b>	<b>20</b>
2.2.1 Eutanásia no Brasil .....	21
2.2.2 Religião e eutanásia.....	23
<b>3. A PLURALIDADE NA EDUCAÇÃO .....</b>	<b>27</b>
<b>3.1 BIOÉTICA, EUTANÁSIA E EDUCAÇÃO .....</b>	<b>31</b>
<b>3.2 PRINCÍPIO DA TOLERÂNCIA.....</b>	<b>34</b>
<b>3.3 PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE E DO CIVISMO.....</b>	<b>36</b>
<b>3.4 PESQUISA SOCIAL: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA E HIPÓTESES .....</b>	<b>37</b>
3.4.1 Descrição do questionário .....	38
3.4.2 Descrição do <i>corpus</i> .....	39
3.4.3 Hipóteses .....	39
<b>3.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>40</b>
3.5.1 Religiosidade e religião .....	40
3.5.2 Cristianismo e religião.....	41
3.5.3 Eutanásia: contra ou a favor .....	41
3.5.4 O tema “eutanásia” em sala de aula.....	43
3.5.5 Considerações finais da pesquisa social .....	44
<b>3.6 PROPOSTA DE ATIVIDADE PEDAGÓGICA PARA O TEMA “EUTANÁSIA”     EM SALA DE AULA.....</b>	<b>44</b>
<b>4 CONCLUSÃO .....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXO I – QUESTIONÁRIO.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE....</b>	<b>62</b>



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Religiosos e não religiosos.....	40
Tabela 2. Informantes que fazem distinção entre religião e religiosidade .....	41
Tabela 3. Informantes que se consideram religiosos sem especificar uma religião ..	41
Tabela 4. Informantes a favor e contra a prática da eutanásia .....	42
Tabela 5. Religião dos informantes que são contra a prática da eutanásia .....	42
Tabela 6. Religião dos informantes que são a favor da prática da eutanásia .....	43

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ilustração dos grupos de verbalização e observação.....	47
Figura 2. Ilustração do posicionamento dos participantes e a sua divisão em dois grupos: verbalização e observação.....	47
Figura 3. Ilustração da formação de um único grupo com todos os discentes.....	50



## 1 INTRODUÇÃO

Em todo tipo de relação interpessoal há conflitos, pois as pessoas, ao longo da vida, adquirem conhecimentos e experiências singulares, que nem sempre foram vivenciados de maneira articulada e baseados no outro. Os conflitos estão presentes em diversos e diferentes contextos nos quais se reúnem grupos de pessoas, seja no ambiente de trabalho, familiar, religioso, educacional, etc.

Nesse sentido, os conflitos interpessoais não devem ser negados, mas serem considerados como um processo saudável e natural, que estimula as pessoas a, de maneira positiva, reconhecerem no outro e na outra as diferenças, a fim de contribuir para uma visão de mundo solidária e livre de preconceitos.

As crenças religiosas influenciam e orientam muito a conduta e as relações dos indivíduos em sociedade; contudo, a pluralidade de pensamentos e de opiniões, não raras vezes, leva as pessoas a discordarem e até a desrespeitarem as crenças alheias. Nem sempre a discordância resulta em intolerância, manifestada por meio de piada ou de agressão verbal e física, por exemplo. Entretanto, sempre há divergência moral e ética num grupo de pessoas que convive entre si.

Em contrapartida, a instituição de ensino superior se configura como um contexto social que acolhe a diversidade, que deve proporcionar o diálogo, orientado ou orientada por uma equipe qualificada, a fim de abranger discussões ricas que possam contribuir positivamente. Sendo assim, a religiosidade e o contexto acadêmico constituem uma relação interessante, fazendo-se necessário investigar os conflitos interpessoais consequentes dessa relação.

Não se pode negar a importância de analisar quais são os conflitos e como eles se configuram dentro da sala de aula de uma instituição de ensino. Por isso, foi feito um recorte neste tema, a fim de consolidar a pesquisa e apresentar, de forma concisa, conceitos e práticas que podem enriquecer o conhecimento do leitor ou leitora acerca do assunto.

Algumas disciplinas de diversos cursos do ensino superior contemplam estudos relacionados à bioética, área investigativa que suscita questões morais relativas às pesquisas científicas em biologia ou medicina, com abordagens sobre a vida humana, consideradas controversas. Na grade curricular do 4º semestre do curso de

Fisioterapia da instituição de ensino Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR), está relacionada a disciplina Bioética e Deontologia, que trata, entre outros temas, da eutanásia. Levando em conta o fenômeno natural que são os conflitos nas relações interpessoais e a pluralidade de pensamento dos que fazem parte desta instituição de ensino superior, esta pesquisa foi conduzida pelo seguinte problema: A religião influencia o nível de tolerância ao tema eutanásia?

Para responder a esse questionamento, esta pesquisa tem como proposta investigar como os estudantes do IV semestre do curso de Fisioterapia de uma instituição privada de ensino superior de Vitória da Conquista - BA lidam com o tema da eutanásia considerando suas crenças religiosas, com o objetivo de verificar a (in)tolerância desses discentes em relação a este procedimento da área da saúde, que envolve questões éticas e morais.

O estudo, que é baseado em pressupostos teórico-metodológicos das áreas da Filosofia, Teologia, Psicologia, Sociologia, entre outras, tem o intuito de abordar o conceito de religião, as religiões predominantes no Brasil, a sua relação com a eutanásia, bem como a pluralidade cultural presente nas instituições de ensino e os conflitos interpessoais gerados por essa diversidade de crenças.

Assim, este trabalho parte da necessidade de discorrer sobre um tema pouco encontrado na literatura, pois, embora haja pesquisas relacionadas ao tema eutanásia, sobretudo, no âmbito jurídico, bem como estudos que dizem respeito à religião, situados em distintas áreas do saber, pouco existe a respeito da relação entre esses dois temas. Embora conflitante, tal relação é inevitável, considerando nossa sociedade moderna e plural, o aumento expressivo de religiões e o avanço da medicina.

Outra motivação que norteia a pesquisa refere-se aos conflitos interpessoais, numa perspectiva que os assume como um fenômeno natural e saudável, presentes em toda e qualquer interação entre humanos. Nesse sentido, constatar de que maneira o conflito interpessoal se constitui na sala de aula e se, em alguma medida, ele evidencia a intolerância entre os discentes é extremamente importante para pensarmos, como cidadãos e cidadãs e como docentes, formas de propiciar um ambiente acolhedor, um espaço voltado para o diálogo construtivo que refletirá no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e solidária.

## 2 BIOÉTICA, EUTANÁSIA E RELIGIÃO

A bioética, que é o campo de estudos dos problemas morais e de seus conflitos em pesquisas científicas nas áreas da biologia e da medicina, ainda não encontrou uma metodologia capaz de lidar integralmente com os valores religiosos, sobretudo, em virtude do aumento significativo de religiões e da diversidade cultural. Devemos ser capazes de conviver com quem professa crenças diferentes das nossas, ainda que sejam conflitantes. Isto posto, o próximo tópico aborda a relação das maiores religiões mundiais com a eutanásia.

### 2.1 COMPORTAMENTO RELIGIOSO NO BRASIL

O Brasil tem uma história de complexa e paradoxal de miscigenação e, conseqüentemente, de formação da população brasileira. Em sua enorme extensão, com 8 515 692,27 km<sup>2</sup>, distribuídos em territórios heterogêneos, composto por 27 Unidades da Federação e 5.565 municípios<sup>1</sup>, vivem e convivem imigrantes de diversas etnias, sobretudo, de portugueses e portuguesas, africanos e africanas, além dos nativos e nativas, denominados e denominadas como indígenas. Além desses grupos, há, ainda, outros espalhados pelas regiões do país, vindos da Espanha, Israel, da Letônia e de países Orientais, que contribuíram com a formação da cultura brasileira. Em razão disso, a religiosidade brasileira é bastante diversificada<sup>2</sup>. De acordo com a Constituição Federal, todas as práticas religiosas têm liberdade de culto garantida, sendo ilegal qualquer tipo de manifestação de intolerância<sup>3</sup>.

Ainda que o processo imigratório e miscigenado tenha raízes na escravidão e na colonização dos povos africanos e indígenas, respectivamente, o Brasil, de maneira antagônica, tornou-se um país de inúmeras manifestações religiosas<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios**: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

<sup>2</sup> JACOB, C. R. et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC/Loyola/CNBB, 2003.

<sup>3</sup> BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

<sup>4</sup> CONSTANZA, José Roberto da. As Raízes Históricas do Liberalismo Teológico. **Fides Reformata**, v. 10, n.1. Rio de Janeiro, p. 79-99, 2005.

### 2.1.1 Denominações religiosas presentes no Brasil

O campo religioso brasileiro é caracterizado pelo domínio das religiões de matriz cristã. Segundo dados oficiais do IBGE<sup>5</sup>, a maioria dos brasileiros (64,6 %) se autodeclara católica, enquanto os evangélicos representam 15,4% da população. As demais frações da população brasileira se dividem entre espíritas (2%), adeptos das religiões de matriz africana (0,3%) e indivíduos sem religião (8%).

Por possuir uma identidade maleável, a religiosidade brasileira não pode ser retratada apenas pelos números censitários, uma vez que o censo não traz dados sobre os que praticam mais de uma religião simultaneamente<sup>6</sup>. No entanto, os dados estatísticos ainda são o parâmetro mais adequado para retratar a religião na sociedade brasileira, considerando as suas pluralidades e sincretismos.

A conduta religiosa da população brasileira se manifesta no seu cotidiano a partir de sua capacidade de expressão<sup>7</sup>. Assim, as expressões de suas crenças religiosas são partes fundamentais do *ethos* da cultura brasileira. Dessa forma, as raízes da religiosidade, fundamentadas no Brasil colônia, instituíram o modo de ser do brasileiro(a)<sup>8</sup>.

A criação das irmandades religiosas associada à catequização foi utilizada como instrumento de evangelização pelos colonizadores vindos de Portugal, que disseminaram o catolicismo entre as populações nativas, colonos e pessoas escravas. Assim, os grupos étnicos assimilaram o catolicismo à sua maneira, com crenças remotas nas divindades pagãs<sup>9</sup>. O catolicismo brasileiro é plural, sincrético e heterogêneo. Suas vertentes retratam um mosaico de experiências de espiritualidade, que aglutinam elementos próprios da tradição católica e de outras tradições<sup>10</sup>.

Entre as religiões de menor expressão no Brasil, estão aquelas que se estabeleceram após as imigrações do final do século XIX. O Brasil possui a segunda

<sup>5</sup> CENSO, I.B.G.E. Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010.

<sup>6</sup> SANCHEZ, Wagner Lopes. Elementos para a análise do campo religioso no Brasil. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade** (NURES). n. 2, 2006.

<sup>7</sup> FOLLMANN, José Ivo. Religião, Laicidade e Democracia: Aparentamentos sobre o Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 236, p. 170-184, 2016.

<sup>8</sup> ANDRADE, Maristela Oliveira de. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 14, p. 106-118, 2009.

<sup>9</sup> DE ANDRADE, 2009, p. 108.

<sup>10</sup> SOUSA, Rodrigo Franklin de. Religiosidade no Brasil. **Estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 285-288, 2013.

maior comunidade judaica da América Latina, que atualmente se divide em três correntes: ortodoxos, reformistas e conservadores<sup>11</sup>. As comunidades islâmicas também tiveram a sua inserção na cultura brasileira, tendo seu crescimento limitado por conflitos de identidade étnica e doutrinária<sup>12</sup>.

Já o budismo chegou ao Brasil no final da década de 1950. O seu crescimento tem sido lento, em pequenos grupos<sup>13</sup>, mas apesar de sua pequena expressão no contexto geral da cultura brasileira, o budismo costuma adaptar-se com sucesso às condições culturais das nações anfitriãs.

Com maior abrangência cultural e expressividade numérica, as religiões de matriz africana, por outro lado, têm origem na traumática experiência da escravidão vivida por seus fundadores e organizadores<sup>14</sup>. Desde meados do século XVI até os dias atuais, os seguidores dessas religiões sofrem com a intolerância e a desinformação<sup>15</sup>, conforme evidencia a grande quantidade de artigos e notícias que registram ataques aos símbolos de matriz religiosa africana.

Em levantamentos de religiões existentes em determinado local, não é comum abranger também as religiões das sociedades indígenas. No Brasil, apesar de menos expressivas em termos populacionais, as religiões dos povos indígenas brasileiros são diversas e numerosas. Dentre elas, possivelmente, as religiões xamânicas são as mais estudadas, denominadas como religiões xamanísticas, que são:

[...]os etnólogos adotaram o costume de empregar indistintamente os termos xamã, homem-médico, feiticeiro ou mago, para designar determinados indivíduos dotados de prestígio mágico-religioso e reconhecidos em todas as 'sociedades primitivas'.<sup>16</sup>

O pluralismo religioso instalado no país a partir do fim do século XIX favoreceu a inserção de crenças e ritos de diferentes tendências religiosas e seitas<sup>17</sup>. Contudo, as religiões de tradição protestante revelaram-se menos predispostas a assumir o trânsito religioso de pessoas, exigindo fidelidade estrita.

<sup>11</sup> FALBEL, Nachman. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. São Paulo, Editora Humanitas, 2008.

<sup>12</sup> RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. A implantação e o crescimento do islã no Brasil. **Estudos de religião**, v. 26, n. 43, p. 106-135, 2012.

<sup>13</sup> USARSKI, Frank. O momento da pesquisa sobre o budismo no Brasil: tendências e questões abertas. **Debates do NER**, v. 7, n. 9, Porto Alegre, p. 129-141, 2006.

<sup>14</sup> VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. Brasileira, 1955.

<sup>15</sup> PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, São Paulo, p. 223-238, 2004.

<sup>16</sup> BARROS LARAIA, Roque de. As religiões indígenas: o caso tupi-guarani. **Revista Usp**, n. 67. São Paulo, p. 6-13, 2005.

<sup>17</sup> ANDRADE, 2009, p. 107.



Mesmo assim, a pluralidade e a diversidade também estão presentes em diversas estruturas adotadas pelas igrejas protestantes no país<sup>18</sup>. O protestantismo do povo brasileiro possui uma narrativa histórica complexa, que inclui tanto a chegada de diferentes grupos de imigrantes quanto a participação dos missionários e missionárias<sup>19</sup>.

Nessa narrativa, destaca-se a influência dos Estados Unidos no protestantismo do povo brasileiro, particularmente, no pentecostalismo<sup>20</sup>. O neopentecostalismo, um segmento que surgiu em meados dos anos 1970, com uma identidade distinta, enfatiza a busca de revelações diretas da parte de Deus e é mais flexível e moderno em questões de costumes do que os pentecostais tradicionais<sup>21</sup>.

Os mais representativos segmentos neopentecostais do Brasil, em particular a Igreja Universal do Reino de Deus, têm sido promotores de uma cruzada ideológica contra os cultos e tradições religiosas afro-brasileiras, o que, embora destoe do discurso de sincretismo e tolerância prevalentes no Brasil, cria, simultaneamente, um espaço simbólico novo em que tradições afro-brasileiras são absorvidas, rebatizadas e transfiguradas num contexto evangélico.<sup>22</sup>

De todo modo, o argumento<sup>23</sup> de que as igrejas evangélicas mostraram-se mais dinâmicas na procura de mais fiéis, enquanto a organização da Igreja Católica parece ter agido com bastante lentidão em relação às mudanças socioculturais<sup>24</sup>. Esse fato é bem retratado a partir de uma análise dos dados do censo dos últimos vinte anos. Numa perspectiva histórica a partir da década de 1940, percebe-se a queda da participação de pessoas católicas na população brasileira e a ascensão do número de indivíduos que se autodenominam evangélicos e evangélicas.

<sup>18</sup> HUFF, Arnaldo Érico. Protestantismo, Modernização e Estado Leigo: Luteranos confessionais entre a ortodoxia e a laicidade nos inícios da era Vargas. **Revista de Estudos da Religião**, n. 8. p. 1-26, 2008..

<sup>19</sup> MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. Edições Loyola, [s.l.] 1990.

<sup>20</sup> MENDONÇA, 2008, p. 29

<sup>21</sup> MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira. **Neopentecostalismo**: os pentecostais estão mudando. [s.l.] 1995.

<sup>22</sup> SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. Edusp, São Paulo, 2007.

<sup>23</sup> ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o censo de 2000. **Revista de Estudos da Religião**, v. 2, n. 3. São Paulo, p. 75-80, 2003.

<sup>24</sup> BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

Alguns autores<sup>25</sup> diferenciam os povos evangélicos, em duas categorias: protestantes históricos e pentecostais. Os primeiros surgiram na Europa, na Reforma Protestante do século XVI. Já os segundos, nos Estados Unidos, no início do século XX, caracterizados pela ênfase na santificação do Espírito Santo, pelo falar em línguas e pelos estados de êxtase.

No Brasil, usa-se a denominação “membro evangélico” tanto para os segmentos protestantes históricos e tradicionais (igrejas Luterana, Metodista, Batista, Presbiteriana, Episcopal, Congregacional), quanto para as igrejas pentecostais (Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Igreja do Evangelho Quadrangular, Deus é Amor, O Brasil para Cristo, Casa da Bênção, Nova Vida, Igreja Universal do Reino de Deus, Igreja Internacional do Reino de Deus)<sup>26</sup>.

Esse crescimento do número de povos evangélicos no país refletiu-se também no aumento da participação de membros evangélicos na política. Ainda que os discursos em defesa da laicidade do Estado tentem restringir a religião à esfera privada, ela está cada vez mais presente e atuante na esfera pública brasileira, levando questões importantes relacionadas a decisões éticas e sociais a se misturarem com questões de fé e de moralidade<sup>27</sup>.

Segundo dados<sup>28</sup>, de 2007 para 2020, o número de parlamentares associados à frente evangélica subiu de quarenta e seis para setenta e dois. Apesar de terem pensamentos ideológicos heterogêneos, o crescimento dessa ala conservadora tem relação com posicionamentos ligados à manutenção de determinada ordem sociopolítica, econômica, institucional, ou de crenças, usos e costumes.

O último censo<sup>29</sup> não revela apenas as mudanças na hegemonia católica e o crescimento dos povos evangélicos, mas também traz dados expressivos sobre os “sem religião”, que alcançaram o índice de quase 8% da população do povo brasileiro. Além disso, como supracitado, os censos não conseguem captar a plasticidade

<sup>25</sup> ANTONIAZZI, 2003, p. 77.

<sup>26</sup> GONÇALVES, Rafael Bruno. **O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)**. (Tese de Doutorado em Sociologia), IESP, Rio de Janeiro, 2016

<sup>27</sup> NOVAES, Regina. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, L. C (Org.). **Política e cultura**, século XXI. Rio de Janeiro: ALERJ/Relume Dumará, p. 63-98, 2002.

<sup>28</sup> SILVA, Victor Augusto Araújo. **Grupos suprapartidários no Congresso brasileiro: uma análise da Frente Parlamentar Evangélica**. 2012.

<sup>29</sup> TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista Usp**, n. 67, p. 14-23, 2005

religiosa brasileira, nem a realidade cada vez mais presente do trânsito religioso ou da dupla (ou tripla) pertença religiosa.

### 2.1.2 Comportamento religioso brasileiro

Existe no Brasil, um perfil específico de credulidade que pode ser denominada “dupla nacionalidade espiritual”. Há uma coexistência imprecisa de uma fração representativa da população brasileira entre aquilo que se acredita e aquilo que não se acredita. Essa recorrente dualidade se reflete numa plasticidade sentimental que inclui as crenças de tradição e as mais modernas<sup>30</sup>.

Essa identidade plástica e metamorfa é objeto de interesse de inúmeros indivíduos pesquisadores e pode ser relacionada com o fenômeno pluralista, descrito pelo sociólogo e teólogo Peter L. Berger. Ele define o pluralismo como “uma situação social, na qual, pessoas de diferentes etnias, cosmovisões e moralidades vivem juntas pacificamente e interagem amigavelmente”<sup>31</sup>. Para este autor, o pluralismo só faz sentido se envolver a conversação entre pessoas diferentes, que desencadearão um processo que ele chama de “contaminação cognitiva”.

Berger<sup>32</sup> estabelece ainda uma diferenciação entre dois aspectos críticos da religião: a religião na consciência e no comportamento dos indivíduos e a religião nas instituições coletivas. A partir do estabelecimento dessa dualidade, o pluralismo pode provocar impactos na consciência do indivíduo moderno, o que é bastante relevante na tendência de fazer subir a religião do nível da certeza ao da opinião<sup>33</sup>.

Outra característica da modernidade potencializada pelo pluralismo é a ampliação da liberdade de ação, que também tem validade na esfera religiosa. Desse modo, o pluralismo torna-se um importante fator de multiplicação das escolhas, o que produz sentimentos ambíguos nos indivíduos.

Decorrente dessa inquietação gerada pelo sentimento de ambiguidade, surgem duas tentativas paradoxais de “aliviar a inquietação trazida pela relativização”: o

<sup>30</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. **Religião no povo**. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974.

<sup>31</sup> BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno**. Petrópolis: Vozes, 2019.

<sup>32</sup> BERGER, 2019, p. 98.

<sup>33</sup> MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 13, n. 1, p. São Paulo, 7-16, 2009.

fundamentalismo e o relativismo. Aquele nasce como um esforço para restaurar a certeza ameaçada, já este está mais aberto à admissão de outras visões e possibilidades<sup>34</sup>.

No contexto brasileiro, o ponto fundamental de mudança da história religiosa brasileira teve início com o decréscimo da predominância da religião católica e a crescente abertura para o pluralismo religioso. Guerra<sup>35</sup> preconiza que foram introduzidos diferentes sistemas religiosos, com destaque para a vertente protestante e o espiritismo kardecista, presentes em segmentos cada vez maiores da população.

O pluralismo religioso possibilitou novas oportunidades de trocas e a incorporação de novas crenças e ritos, ampliando o processo de sincretização. No entanto, existe um outro fator histórico a ser considerado quando se fala dos processos de sincretização no Brasil. Montero<sup>36</sup> discorre sobre essa conformação histórica, afirmando que o processo de constituição do Estado Republicano e das leis penais que criminalizaram as práticas mágico-curativas no Brasil constituíam parte do processo de estabelecimento de uma espécie de ordem pública moderna.

Assim, o próprio Estado legitima a visão pejorativa de acordo com as religiões relacionadas aos ritos das práticas religiosas indígenas de origem afro-brasileira e ao espiritismo. A partir do Estado Novo, a repressão torna-se mais intensa e, segundo Gomes,<sup>37</sup> mais especificamente voltada para as práticas percebidas como marcadamente negras.

Historicamente estigmatizadas como práticas vilipendiosas e condenáveis, fica explícito o entendimento do motivo de tais práticas religiosas, numa sociedade onde o pluralismo religioso é uma realidade, serem subnotificadas ou ocultadas por outras religiões consideradas oficiais pelos seus praticantes.

Dados de 2007 do *DataFolha*<sup>38</sup> mostram que um em cada cinco do povo brasileiro costuma frequentar cultos ou serviços religiosos de alguma religião diferente da que professa. Esse número é ainda maior que 19% entre os povos católicos, 37%

<sup>34</sup> FREITAS, Carlos E. Adeus, secularismo! Bem-vindo, pluralismo! Rumo a um novo paradigma da modernidade? **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 8, n. 1, p. 329-339, jan.- jun. 2018.

<sup>35</sup> GUERRA, Lemuel Dourado. **Mercado religioso no Brasil: competição, demanda e dinâmica da esfera da religião**. João Pessoa: Idéia, 2003.

<sup>36</sup> MONTERO, 2006, n. 74, p. 47-65.

<sup>37</sup> GOMES, Adriana. O processo de laicização do Estado brasileiro e a criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890. **Revista Veredas da História**, v. 5, n. 2, 2016.

<sup>38</sup> CARIELLO, R. As Igrejas do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 maio 2007. Especial Religião.

entre os umbandistas e 48% entre os grupos seguidores do candomblé. Mais sectários, os membros evangélicos pentecostais aparecem com uma cifra bem mais modesta de 9%.

Por razões históricas de sua constituição, as religiões afro-brasileiras são as que mais se aproximam de outras, primeira e especialmente do catolicismo, e, em segundo plano, de religiões indígenas e do espiritismo kardecista. Pela densidade do sincretismo que se pode observar a olho nu, as religiões afro-brasileiras, entre elas o candomblé, o xangô, o tambor de mina, o batuque e a umbanda, não raro, são classificadas numa categoria genérica, denominada de religiões sincréticas.<sup>39</sup>

Diante do que foi exposto, infere-se que, no Brasil, o pluralismo religioso foi convencionalmente compreendido como tolerância à diversidade de cultos e deferência à liberdade de consciência<sup>40</sup>. No entanto, este processo se estabeleceu às avessas no território brasileiro, ou seja, não foi fundamento do Estado moderno, mas o seu produto<sup>41</sup>.

Outro aspecto a ser considerado dentro desta narrativa é a dos indivíduos que creem, mas não pertencem a nenhuma denominação religiosa específica. Pesquisas sobre o tema demonstram que os indivíduos categorizados como “sem religião” no censo não são um grupo totalmente homogêneo, mas são indivíduos que têm em comum o não pertencimento institucional<sup>42</sup>. No entanto, frações deste grupo afirmam conceber uma força transcendente superior, análoga à figura do Deus cristão.

Há quem garante que o aumento expressivo da fração da população autodeclarada “sem religião” está ligado à ampliação da autonomia religiosa dos indivíduos, aos trânsitos religiosos nacionais e ao aumento de expressões religiosas não convencionais<sup>43</sup>. Ainda, segundo esta autora, os modos de elaborar vínculos sofreram mudanças nas últimas décadas. Dessa forma, considerar a religiosidade da população apenas baseada em pertencimentos é um esforço limitado.

Há ainda os indivíduos que, apesar de se autoidentificarem como pertencentes a uma religião específica, não praticam a respectiva ritualística cotidiana, nem

<sup>39</sup> PRANDI, 2011, p. 11-28, 2011.

<sup>40</sup> MONTERO, Paula. 2009 p. 7-16, 2009.

<sup>41</sup> PRANDI, 2011, p. 15.

<sup>42</sup> RODRIGUES, Denise. Religiosos sem igreja: um mergulho na categoria censitária dos sem religião. **Revista de estudos da religião**, p. 31-56, 2007.

<sup>43</sup> ASSIS, Thais Silva. Religiosos sem religião: nuances sociais de uma tendência. **Áskesis**, v. 6, n. 1, 2017, p. 40.

compartilham opiniões morais equivalentes às profetizadas pela religião a que dizem pertencer<sup>44</sup>. Uma série de fatores determina essa situação: o primeiro deles é o fato de “as religiões, progressivamente, estarem saindo de um modelo altamente institucional para outro mais individualizado”<sup>31</sup>. Ou seja, há um enfraquecimento dos dogmas considerados verdades absolutas pelas religiões e uma ampliação da autonomia pessoal relacionada às escolhas morais e éticas<sup>45</sup>.

É preciso chamar atenção também para o fato de os indivíduos terem se tornado pouco dispostos a fidelidades institucionais<sup>46</sup>. Dessa forma, essa parte da população passa a envolver-se com práticas mais difusas, mesmo que esteja formalmente ligada a uma religião específica. Em outros termos, ocorre a desinstitucionalização das religiões históricas e a destradicionalização das práticas.

Outra interpretação que a definição de religião como uma instituição organizada – com valores e práticas distintas dos demais domínios sociais – fomenta é a análise de formas alternativas de expressão religiosa como espiritualistas, confusas, individualistas e ecléticas. (...) Para compreender a prática religiosa cotidiana dos indivíduos em sua complexidade e dinamismo é que, em vez de olhar principalmente para as filiações e participações organizacionais, as pesquisas enfoquem os indivíduos, as experiências que eles consideram como mais importantes e as práticas concretas que compõem sua experiência e expressão religiosa pessoal. Isto porque não só as religiões mudam com o tempo, mas também o que as pessoas entendem como religião muda.<sup>47</sup>

Dessa forma, a dupla pertença do povo brasileiro no que diz respeito à religiosidade se dá em vários níveis, que incluem as questões supracitadas ligadas ao sincretismo, pluralismo, múltiplo pertencimento e, em outro nível, à individualização. Chama-se aqui de individualização a situação supostamente controversa em que os indivíduos se autodeclaram não praticantes da religião que assumem para si.

<sup>44</sup> VIEIRA, José Álvaro Campos. Os “sem religião”: dados para estimular a reflexão sobre o fenômeno. **Revista Horizonte**, v. 13, n. 37, 2015.

<sup>45</sup> SCHWADE, Elisete. Neo-esoterismo no Brasil: Dinâmica de um campo de estudos. **BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**, São Paulo, n. 61, p. 5-24, 2006.

<sup>46</sup> SIQUEIRA, Deis. Novos movimentos religiosos como desafio à Sociologia da Religião na atualidade. **Caminhos**, Goiânia, v. 6, n.1, 2008.

<sup>47</sup> MCGUIRE, Meredith. **Lived religion: faith and practice in everyday life**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

## 2.2 EUTANÁSIA: CONCEITO E O PAPEL DA BIOÉTICA E DA RELIGIÃO

O indivíduo considerado como doente terminal se encontra na fase final da vida por conta de uma doença que não responde a nenhum tratamento clínico conhecido, estando, dessa forma, num contexto que o conduz irreversivelmente à morte<sup>48</sup>.

Em vista de situações como essa, a eutanásia pode aparecer como uma solução. Tendo em vista que a eutanásia diz respeito a uma conduta em que determinada pessoa, por espontânea vontade e movida por intensas razões de cunho moral, induz à morte, alguém acometido de doença incurável, em avançado estado de dor e sofrimento, ela se justificaria como um modo de aliviar o sofrimento trazido por anos de doença, sem perspectiva de melhora ou cura<sup>49</sup>.

Esse procedimento, atualmente, é tema de muitos e acalorados debates. Dois adventos influenciam a expansão da polêmica que envolve o procedimento da eutanásia e a sua relação com a questão espiritual que envolve o fim da vida, nas diferentes religiões:

[...] os avanços tecnológicos e científicos que levaram ao aumento da vida média da população do mundo e, naturalmente, do número de pacientes em fase terminal; e a multiplicação das religiões, das seitas e dos segmentos de cunho espiritualista no Brasil, em paralelo à perda da hegemonia da Igreja Católica no país.<sup>50</sup>

Nesse cenário, a bioética, que é a principal vertente de estudos dos princípios éticos que regem a vida, deve amparar tais circunstâncias em conformidade com os seguintes princípios: respeito, autonomia, beneficência e alteridade<sup>51</sup>. Tais preceitos entraram em voga, sobretudo, após mudanças na medicina, a partir do século XX.

<sup>48</sup> NUNES, Rui. Proposta sobre suspensão e abstenção de tratamento em doentes terminais. **Revista Bioética**, v. 17, n.1. 2009.

<sup>49</sup> MELLO, Gabriela Regina Kuhnen. Eutanásia: **A Decisão entre a vida e a morte**. Trabalho De Conclusão De Curso, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

<sup>50</sup> SALLES, Álvaro Ângelo. Bioética e processos de religiosidade entre os pacientes com doenças terminais no Brasil. **Revista Bioética**, v. 22, n. 3. p. 397-406, 2014..

<sup>51</sup> SALLES, 2014, p. 398.

No século XX, a medicina foi profundamente afetada pelo cientificismo e por um acelerado processo de tecnicização. Esses fatores fizeram com que questões mais abstratas e sutis se desconectassem gradualmente da prática médica. Como o fator humano não mais acompanhou *pari passu* a evolução técnica, o hospital passou a correr sério risco de não ser mais fiel à sua primordial função, isto é, a hospitalidade.<sup>52</sup>

Assumindo tal perspectiva, a medicina sentiu a necessidade de tornar-se mais humanitária, reunindo conceitos biológicos e valores humanos. No entanto, há uma obscuridade quando o assunto é a possibilidade da morte de um paciente em estado terminal, pois envolve questões éticas e existenciais sobre a intervenção (ou não) do profissional da saúde.

Em tais situações, deve haver uma equipe multidisciplinar engajada, que conta com a participação da medicina, da psicologia e da bioética. Além disso, os profissionais precisam ter conhecimentos sociológicos e culturais no que diz respeito à morte, além da aptidão de dialogar “e da prática do autoconhecimento e da reflexão”<sup>53</sup>.

### 2.2.1 Eutanásia no Brasil

A eutanásia divide opiniões nos diversos meios sociais, independente da classe social, por estar atrelada ao campo religioso, moral e jurídico. Há dois tipos de eutanásia: a eutanásia passiva e a ativa. A primeira corresponde à prática de “antecipar” a morte do paciente que está em fase terminal, realizada a pedido deste ou da sua família, por meio de iniciativas, ou pela ausência delas, relacionadas com a doença em questão, como, por exemplo, deixar de administrar antibióticos a um portador ou portadora de câncer que desenvolveu uma pneumonia. Esse tipo de eutanásia é ético e legal, sendo denominado de ortotanásia<sup>54</sup>.

<sup>52</sup> SALLES, 2014, p. 399.

<sup>53</sup> BARNARD, David et al. Preparing the ground: contributions of the preclinical years to medical education for care near the end of life. **Academic Medicine**, v. 74, n. 5. 1999.

<sup>54</sup> BRANDT, Reynaldo André; MONZILLO, Paulo Helio. Ética e Saúde. **Einstein: Educação Continuada em Saúde**, v. 7, n. 2. São Paulo, p. 93, 2007.



Por outro lado, a eutanásia ativa diz respeito àquela cuja morte deriva de uma prática que não está associada ao tratamento da doença, ou à falta dele. Um exemplo que se enquadra nesse tipo é a injeção de cloreto de potássio com o objetivo de induzir uma parada cardíaca em paciente, ou seja, tal procedimento mataria a pessoa, independente da sua doença terminal. No Brasil, a eutanásia ativa é considerada antiética e ilegal.

Em termos de legalidade, em 1996, foi apresentado um projeto de Lei no Senado Federal que autorizava a prática de morte sem dor em pacientes, mas, sob uma condição: desde que cinco profissionais da área médica atestassem a inutilidade do sofrimento físico ou psíquico do indivíduo; no entanto, o projeto nunca foi sequer disposto à votação<sup>55</sup>.

A ilegalidade da prática da eutanásia não está tipificada pelo Código Penal, ou seja, não há uma despenalização da prática do dito homicídio piedoso ou homicídio eutanásico. Todavia, é aplicada ao indivíduo que a pratica, de acordo com o disposto no artigo 121 § 1º do Código Penal:

Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.<sup>56</sup>

No entanto, o Projeto de Lei 236/2012, cujo relator é Senador Rodrigo Pacheco, ainda em tramitação, discute o novo Código Penal Brasileiro e tipifica a prática da eutanásia de forma autônoma, como uma nova modalidade de crime. De acordo com o projeto, a eutanásia continua sendo criminalizada, entretanto, a punição pela prática resulta numa pena mais branda. Por meio do artigo 122, é estabelecida a possibilidade do homicídio privilegiado ou piedoso, punível com pena de dois a quatro anos de prisão. Mas o 1º parágrafo de tal regimento permite a possibilidade de excludente de ilicitude, ou seja, extingue a culpabilidade de condutas legais em contextos específicos. Isso quer dizer que, a depender da análise da situação, o juiz ou a juíza “poderá” deixar de aplicar a pena<sup>57</sup>.

<sup>55</sup> FEDERAL, Senado. **Projeto de Lei do Senado nº. 125 de 1996**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/27928>. Acesso em: 02. dez. 2019.

<sup>56</sup> Revista dos Tribunais. **Código Penal**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2004.

<sup>57</sup> FEDERAL, Senado. **Projeto de Lei do Senado nº. 236 de 2012**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>. Acesso em: 02. dez. 2019.

O Código de Ética Médica de 2010, ao contrário do anterior, de 1988, disserta sobre o princípio da finitude humana; outrora o assunto sequer havia sido mencionado entre os dezenove princípios estabelecidos<sup>58</sup>. Isso se deve ao fato de termos passado por uma transição cultural em que a morte deixou de ser negada.

De acordo com o (CEM) Código de Ética Médica, mais especificamente no artigo 41, é proibido que o profissional da área médica pratique a eutanásia, ainda que solicitada pelo paciente ou pelo seu ou sua representante legal. Em seu parágrafo único, é disposto o dever do médico ou da médica de, em situações de estágio terminal, disponibilizar cuidados paliativos, desde que não haja práticas diagnósticas ou terapêuticas dispensáveis e inaproveitáveis, considerando o desejo do paciente ou da paciente de forma responsável e legal<sup>59</sup>.

A legalização da eutanásia constitui, assim, um tema bastante complexo no Brasil, haja vista que tirar a vida de alguém, ainda que com consentimento, configura-se como crime de homicídio de acordo com a Constituição Federal, que declara em seu *caput* do artigo 5º que o direito à vida é inviolável<sup>60</sup>.

### 2.2.2 Religião e eutanásia

Há poucos estudos na Literatura que tratam da eutanásia, sobretudo, no campo da religiosidade. Trata-se de dois temas demasiadamente complexos, cuja relação constitui um objeto de análise ainda mais complicado, uma vez que lida com questões relacionadas ao fim deliberado da vida. Nesse contexto, abordamos a concepção de eutanásia de acordo com determinadas religiões<sup>61,62</sup>.

O budismo não considera a vida como algo divino, pois não prega a crença em um deus, embora ela seja considerada importante. Entretanto, o corpo e a mente devem ser respeitados no momento da morte, para que a partida do ser humano seja tranquila e consciente.

<sup>58</sup> CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica**: Resolução CFM nº 1.931, de 17 de setembro de 2010. Brasília: CFM, 2010.

<sup>59</sup> CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010. Disponível em: [https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=9&Itemid=122](https://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=9&Itemid=122) Acesso em: 02. dez. 2019.

<sup>60</sup> BRASIL. Constituição, 1988.

<sup>61</sup> MELLO, 2017, p. 18.

<sup>62</sup> SALLES, 2014, p. 401.

Nesse sentido, de acordo com Pessini<sup>63</sup>, há uma resistência entre budistas em “apressar” a morte ou a remoção de órgãos, uma vez que os seres humanos seriam formados pela unidade mente, corpo e espírito. Por outro lado, o autor afirma que, no budismo, “não existe uma oposição ferrenha à eutanásia ativa e passiva, que podem ser aplicadas em determinadas circunstâncias”<sup>64</sup>.

Diferentemente do budismo, o islamismo considera a vida como algo sagrado. Apoiados no Código Islâmico de Ética Médica, os profissionais da medicina não devem tomar medidas positivas para abreviar a vida do paciente, ou seja, a eutanásia é proibida.

O judaísmo também proíbe a eutanásia, pois a medicina não seria capaz de decidir sobre a vida e a morte dos pacientes em estado terminal, considerando que o conceito de santidade diz respeito à vida, que não pode ser abreviada, nem extinta.

O cristianismo, doutrina predominante em nosso país, apresenta visões não muito distintas das diferentes vertentes, em relação à eutanásia. A doutrina cristã celebra a vida como sendo de natureza sagrada<sup>65</sup>.

O catolicismo se posicionou contra esse procedimento em 1956; entretanto, no ano seguinte, o Papa Pio XII aceitou a possibilidade de encurtar a vida do paciente “como efeito secundário ao emprego de drogas a fim de minimizar o sofrimento de pacientes enfermos com dores agoniáveis, por exemplo”<sup>66</sup>. Contudo, embora alguns líderes aceitem a prática da ortotanásia, a aceitação do percurso natural de uma doença terminal, o catolicismo não aceita o abreviamento do tempo de vida; portanto, a eutanásia<sup>67</sup>.

Para os evangélicos ou adeptos da igreja reformada (Presbiteriana), a vida não pode ser abreviada diretamente; no entanto, é aceito o fato de que a morte deve seguir o seu percurso natural. Nesse sentido, é consentida a descontinuação ou a interrupção de tratamentos em situações de pacientes em estado terminal ou em estado vegetativo<sup>68</sup>.

<sup>63</sup> PESSINI, Léo. **Eutanásia**: por que abreviar a vida? São Paulo: Edições Loyola, 2004.

<sup>64</sup> PESSINI, 2004, p. 256.

<sup>65</sup> AZEVEDO, Thales de. **O catolicismo no Brasil**: Um campo para a pesquisa social. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do MEC, 1955. 70p.

<sup>66</sup> AZEVEDO, 1955, p. 430.

<sup>67</sup> AZEVEDO, 1955, p. 22.p. 432

<sup>68</sup> PESSINI, Léo. 1999, p. 317-331.

Para o espiritismo, o ser humano está em constante processo de aprendizado e evolução por meio das dificuldades enfrentadas ao longo da vida. As pessoas espíritas, assim como o budista, creem na reencarnação e na noção de chacras. Além disso, acreditam que o ser humano é responsável por tudo aquilo que lhe acontece (karma), valorizando, desse modo, a vida da pessoa até o seu último suspiro<sup>69</sup>. No entanto, como nessa perspectiva se considera que toda a vida consiste numa forma de aprendizado e que as pessoas precisam passar até mesmo por situações de sofrimento, o espiritismo não aceita a eutanásia e, em determinados casos, nem mesmo a ortotanásia, como consta num folheto, num texto intitulado, “Em defesa da Vida: EUTANÁSIA, NÃO!”, publicado em 2017, pela Federação Espírita Brasileira<sup>70</sup>.

Já as religiões de matriz africana – candomblé, umbanda e quimbanda – chamadas também de afro-brasileiras por serem derivadas dos africanos escravizados no Brasil, bem populares especialmente entre a população negra, trazem uma noção de religiosidade muito ligada aos fenômenos naturais:

Essas religiões são muito ligadas à natureza e a seus fenômenos e, nesse sentido, podem até serem consideradas como religiões da natureza ou ecológicas. Seus seguidores acham importante a energia dos rios, do vento, do trovão e da mata, elementos vistos como pontos de consciência ou seres energéticos, estando todos ligados a seres humanos. Assim, o principal aprendizado é saber invocar e manipular as energias que se encontram na natureza, aí incluídos os animais<sup>71</sup>.

Em relação à fase terminal, tais religiões cultivam ritos com o objetivo de melhorar a saúde de um paciente que se encontra nessa fase, como sacrifícios ou oferendas de animais, validados desde que o enfermo não saiba. Tal prática tem gerado bastantes discussões polêmicas numa sociedade que tem enraizada a naturalização de ações que envolvem a morte de animais, inclusive, para servir de alimento.

As correntes religiosas de matriz africana acreditam que a morte é um processo natural, que faz parte do ciclo da natureza. Os parentes do doente não podem ser tomados pela emoção para não se fragilizarem e se tornarem vulneráveis. Os adeptos de tais crenças acreditam que o espírito do finado passa a observar o corpo, não

<sup>69</sup> ARRIBAS, Célia da Graça. Espíritas de todo o Brasil, uni-vos! Meandros da unificação espírita na primeira metade do século XX. **Revista Religião e Sociedade**, v. 37, n. 3. Rio de Janeiro, p. 150-172, 2017.

<sup>70</sup> ARRIBAS, 2017, p. 150.

<sup>71</sup> SALLES, 2014, p. 402.

obstante, consentem as decisões médicas de morte cerebral e não possuem restrições ao processo de transplante de órgãos<sup>72</sup>.

<sup>72</sup> SALLES, 2014, p. 403.

### 3 A PLURALIDADE NA EDUCAÇÃO

A nossa sociedade precisa respeitar a democracia e fomentar a diversidade ideológica dentro do ambiente acadêmico. Nesse sentido, este tópico discorre sobre as políticas públicas existentes a fim de garantir essa diversidade, além de apresentar as considerações dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs a respeito e, por último, analisamos a relação entre as diferentes crenças religiosas, a eutanásia e os conflitos interpessoais em sala de aula.

Apesar de a literatura ainda não contemplar as particularidades da diversidade religiosa no campo da educação de nível superior privado, acredita-se que todas as questões relevantes tratadas na educação fundamental, conteúdos já delineados nos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, do Ministério da Educação e por alguns pesquisadores e pesquisadoras da área da educação, deveriam estar presentes em qualquer modalidade de ensino, a fim de constituir um trabalho pedagógico satisfatório que proporcione o diálogo entre os discentes e todo o corpo que constitui a gestão de uma instituição de ensino superior, seja ela, pública ou privada.

De acordo com o PCN referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental, é preciso constituir um campo de estudos teóricos que trate da Pluralidade Cultural, por meio da fundamentação ética e do conhecimento de várias áreas, como a história, a linguística, a geografia, entre outras. Tudo isso, através de uma prática pedagógica eficaz:

[...] o campo de estudos teóricos da Pluralidade Cultural por meio da fundamentação ética, o entendimento dos preceitos jurídicos, conhecimentos acumulados no campo da História e da Geografia, noções e conceitos originários da Antropologia, da Linguística, da Sociologia, da Psicologia, aspectos referentes a Estudos Populacionais, além do saber produzido no âmbito de movimentos sociais e de suas organizações comunitárias, constituem uma base sobre a qual se opera tal reflexão que, ao voltar-se para a atuação na escola, deve ter cunho eminentemente pedagógico.<sup>73</sup>

Políticas públicas de educação voltadas para a diversidade no ensino superior contribuem significativamente para a abrangência da pluralidade cultural dentro das instituições de ensino. Nesse sentido, é importante estar consciente dos direitos de

<sup>73</sup> BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Brasília, DF, 1997.

alguns grupos minoritários, a fim de compreender um pouco melhor a pluralidade cultural dentro da sala de aula dessas instituições.

Entre 2003 a 2005, houve uma preocupação maior com a diversidade no âmbito da educação, o que resultou na implementação de políticas públicas voltadas a este tema<sup>74</sup>. Dessa forma, os autores, sabiamente, apresentaram o conceito de diversidade cultural:

Toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos (e informativos) desenvolvidos em sociedade (seja na instância coletiva, seja na instância individual) e, por meio dessa intervenção, legítima, constrói ou desqualifica (muitas vezes de modo indireto) determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade<sup>75</sup>.

Algumas dessas políticas se concretizaram através de programas de reserva de cotas e de financiamentos, entre inúmeros outros. Essas ações tornaram possível o ingresso de estudantes de classe econômica social baixa ou com alguma deficiência física ou intelectual em universidades públicas e privadas.

Entretanto, o corpo discente não é constituído apenas por estudantes beneficiados por essas políticas, ou seja, a pluralidade cultural é constituída não só por aspectos socioeconômicos, mas também abrange aspectos étnicos, geográficos e psicológicos.

Portanto, os conflitos interpessoais na sala de aula, às vezes, estão presentes. Esses conflitos são momentos singulares para o desenvolvimento dos estudantes, pois proporcionam possibilidades de intervenção por meio da problematização de situações reais vivenciadas em sala de aula, como também a busca de soluções num ambiente de solidariedade, justiça e respeito<sup>76</sup>.

O sistema democrático envolve compromissos de cunho moral, que se desdobram em normas voltadas aos cidadãos e cidadãs em obrigações que o Estado deve cumprir com o objetivo que se propõe. Um dos compromissos mais importantes atribuídos ao governo é a certificação na formação de pessoas esclarecidas e habilitadas a se posicionarem sobre questões de interesse público. Dessa forma,

<sup>74</sup> LIMA, Marcelli Ingrid Silva, et al. **As Políticas para diversidade na Educação Superior**. II CONEDU, Congresso Nacional de Educação, 2015.

<sup>75</sup> LIMA, 2015, p. 7.

<sup>76</sup> VINHA, Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil numa Visão Perspectiva construtivista. **Revista do Cogeime**, nº 14, p. 15-38, Jul. 1999.

considerando as instituições de ensino como relevante canal de fomento intelectual, o deslinde de questões religiosas e morais se inscreve como contribuição indispensável para a educação e o conseqüente condicionamento ao meio plural no qual a população está inserida.

É importante notar que o laicismo não implica a imposição de uma orientação antirreligiosa ao ensino e à sociedade, mas é definido pela tolerância, pela aceitação, pelo respeito ao ser humano, diferente, mas, ao mesmo tempo, igual em deveres e direitos<sup>77</sup>. O laicismo é pautado na liberdade de crença<sup>78</sup>. Observar as representações e manifestações de crenças religiosas presentes nas práticas educativas, analisar como os estudantes expressam a sua religiosidade no processo de aprendizagem dos conteúdos escolares e como os docentes trabalham pedagogicamente essas representações e manifestações religiosas dos discentes em classe nos ajudam a pensar a religiosidade nos espaços educativos de forma mais ampla do que simplesmente como matéria de conhecimento, trazendo a religiosidade para o debate do pluralismo religioso e da inclusão escolar, que perpassa a compreensão da diferença religiosa em suas dimensões históricas, culturais e políticas.

A modernidade não fez desaparecer o rastro da religião que historicamente prevalece, tampouco distanciou as experiências e referências confessionais da vida social e individual. Na atualidade, os símbolos e valores associados às grandes tradições religiosas ainda ocupam a memória coletiva e a declaração de afiliação confessional ainda se reverbera na maior parte da população em diferentes países, especialmente, nos de cultura cristã. É certo que a expansão do processo de secularização, através do qual a religião perde a sua influência sobre as variadas esferas da vida em sociedade, contribui para a retração do significado social das religiões tradicionais.

Contudo, tem sido possível assistir ao desenvolvimento crescente de grupos e movimentos religiosos, espirituais, por causa do fluxo migratório experimentado por grande parte da população mundial, muito mais intenso que no passado. Esse movimento colocou em contato uma variedade de concepções de vida e de mundo, enraizadas em diferentes sistemas de crenças. A representatividade religiosa no funcionamento das sociedades aponta o quanto as religiões configuram parte do

<sup>77</sup> WEREBE, Maria José Garcia. A laicidade do ensino público na França. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, Set/Out/Nov/Dez, p.192-213, 2004.

<sup>78</sup> WEREBE, 2004, p.196.



domínio cultural, político, social e histórico e, à vista disso, é límpida a relevância de considerar esta dimensão da vida em sociedade, na educação.

Aos cidadãos que vivem numa sociedade democrática, é permitido, presumidamente, nortear e conduzir escolhas e preferências de cunho moral, além de ponderar sobre ações sociais com base em convicções próprias, que, não raras vezes, divergem de valores promovidos por outros seres humanos e até mesmo pelo próprio sistema democrático. Considerando que os cidadãos e cidadãs devem “viver juntos”<sup>79</sup>, a despeito de suas divergências morais e religiosas, é justo destacar a contribuição da educação, no sentido de promover relações pacíficas e a participação na realização do bem comum.

Apesar de a dimensão religiosa na escola não ser abordada em várias sociedades sem que sejam percebidos efeitos sociais nefastos, é imperioso constatar que um dos encargos das instituições de ensino é munir adequadamente os jovens para viverem num ambiente coletivo, que é, por essência, complexo. As crenças e concepções que respaldam as ações sociais constituem parte desse entremeio complexo, tornando pertinente o olhar atento a esse campo referencial na ambiência educacional.

Nesse sentido, ainda que os familiares sejam considerados os principais responsáveis pela educação, através de quem ocorre a primeira transmissão de valores de convivência, esse processo, sozinho, pode não atingir o objetivo da socialização. Diferentemente da escola moderna, que propõe não reproduzir as particularidades identitárias de quem a frequenta, os familiares costumam preocupar-se, principalmente, com a transmissão das próprias convicções religiosas.

A criação de políticas públicas e o desenvolvimento de métodos pedagógicos que visam a atender às necessidades coletivas estão fortemente relacionadas com a ênfase na educação para todos e todas, que intenta promover a abrangência da comunidade. Desse modo, a ruptura se instaura, quando a escola moderna deixa de ser conduzida pela força da tradição e começa a produzir um modo adaptativo em relação ao mundo, principalmente, nos aspectos técnicos, econômicos e científicos.

Não há dúvidas de que o consenso filosófico, pedagógico ou político no que tange os objetos que os ambientes educacionais poderiam perseguir não alcança unanimidade. O campo das convicções morais e religiosas não demanda a promoção

<sup>79</sup> TOURAINE, Alain. **Pourrons-nous vivre ensemble?** Égaux et différents. Paris: Fayard, 1997.

de uma única fé ou valor em particular ou permite a preferência tendenciosa para a orientação educacional. Ainda assim, calar-se diante da clara diversidade, bem como a escola abster-se de uma posição multiforme pode passar a ideia de que os conhecimentos sobre valores e crenças não são importantes ou que, de fato, só podem ser compartilhados com quem mantém a mesma concepção de mundo. Nenhuma dessas modalidades enfrenta o problema fundamental do pluralismo, o que aumenta, tão somente, o efeito de divisão social.

Questiona-se como a educação intercultural pode sopesar a pluralidade religiosa inserida na perspectiva específica da aprendizagem, tendo em vista a compreensão, o aprendizado da convivência, a inclusão e a participação. Assim, três princípios, o da tolerância, o da reciprocidade e o do civismo, parecem abranger uma visão de educação com vistas a uma sociedade plural. Esses três princípios são definidos por sua compatibilidade com o modo intelectual de aprender da escola moderna e aplicáveis aos demais níveis de ensino. Trata-se de objetivos da educação intercultural, que podem ser inscritos numa concepção inclusiva da razão pública.

### **3.1 BIOÉTICA, EUTANÁSIA E EDUCAÇÃO**

Haja vista que os profissionais da saúde, entre eles o fisioterapeuta, lidam com outras pessoas e, em muitos momentos, terão que tomar decisões que afetam diretamente sua vida, a disciplina da bioética nos cursos da saúde é indispensável; por isso, já é obrigatória na matriz dos cursos relacionados à saúde. No entanto, contemplá-la no currículo não garante que haja uma formação significativa. É preciso que os cursos oportunizem uma formação efetiva, conjugando debates a respeito de questões morais e democráticas, a fim de preparar esse profissional através da educação.

Um estudo realizado por Couto Filho et al.<sup>80</sup> nos cursos de enfermagem de 16 nas universidades federais brasileiras, mostrou que apenas 50% deles ofertam diretamente a disciplina de bioética; 43,75% a oferecem de forma tangenciada, ou seja, apresentam a discussão em outras disciplinas de forma menos direcionada; e o restante, 6,25%, não possibilita nenhuma discussão nesse sentido.

<sup>80</sup> COUTO FILHO, José Carlos Ferreira et al. Ensino da bioética nos cursos de Enfermagem das universidades federais brasileiras. **Rev bioét** (Impr.), v. 21, n. 1, p. 179-85, 2013.

Uma vez que foi realizada em universidades federais e apenas em cursos de enfermagem, o recorte desta pesquisa obviamente não dá conta do cenário da bioética nos currículos do Ensino Superior no Brasil, mas permite traçar um panorama e constatar que há muito a caminhar, no sentido de não apenas ofertar a disciplina de forma mais completa e direcionada, mas de propor discussões relevantes em sala de aula.

Uma questão bastante relevante levantada nesse estudo é a importância de o estudante da área de saúde entender e ser tolerante não só em relação às crenças religiosas, mas de conscientizar-se das disparidades econômicas e sociais que fazem parte da realidade brasileira e que afetam diretamente as diferenças culturais dos pacientes:

Para enfrentar essa circunstância adversa, é importante que o aluno de graduação compreenda, em primeiro lugar, que os problemas práticos da saúde decorrem, em grande medida, das disparidades socioeconômicas que marcam a realidade brasileira, a qual foi produzida em meio à diversidade sócio-histórico-cultural. Esta perspectiva, estimulada na reflexão bioética, auxilia o futuro profissional a entender os determinantes sociais do processo saúde/adoecimento, possibilitando-lhe atuar de maneira respeitosa frente as diferenças culturais e sociais dos usuários.<sup>81</sup>

Ao abordar “questões relevantes relacionadas à bioética”, é preciso esclarecê-las. A esse respeito, é importante pontuar que um estudante da área da saúde precisa ser preparado antes mesmo de entrar num curso superior, ou seja, ainda no ensino básico<sup>82</sup>. E, para além disso, a sua formação acadêmica deve ter como base, 4 eixos básicos:

[...] aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto, aprender a ser. Esses 4 eixos constituem os pilares que sustentam a maioria dos projetos pedagógicos de ensino - aprendizagem ativa, como, por exemplo, o da aprendizagem baseada em problemas (ABP). Passou-se a considerar que ensino-aprendizagem seria necessariamente um ativo e contínuo processo de duas vias entre professor e aluno e que deveria ocorrer ao longo de todo período de graduação, envolvendo uma ampla gama de conhecimentos, habilidades e atitudes.<sup>83</sup>

<sup>81</sup> COUTO FILHO, 2013, p. 179.

<sup>82</sup> SIQUEIRA, José Eduardo. Educação bioética para profissionais da saúde. **Revista Bioethilos**. Centro Universitário São Camilo, v. 6, n. 1, p. 66-77, 2012.

<sup>83</sup> SIQUEIRA, 2012, p. 67.

Assim, para alcançar esse objetivo, é preciso abandonar o ensino tradicional que ainda sustenta uma visão de transmissão passiva do conhecimento e substituir o ensino da bioética por um método deliberativo, tornando o profissional capaz de lidar com situações complexas que envolvem questões morais, como é o caso da eutanásia.

Buscar formas de melhorar o ensino da bioética se daria na implementação de estratégias de ensino-aprendizagem ou de “ensinagem”, ou seja, no aprimoramento dos meios e recursos que vêm sendo utilizados pelos docentes. Desse modo, o objetivo é alcançar a qualidade desejada e os resultados prospectados para cada aula. A aplicação de estratégias no processo de “ensinagem” contribui, assim, para a composição de meios, atitudes, pensamentos e comportamentos positivos por parte dos discentes e da docência.<sup>84</sup>

É importante, contudo, ir além e apontar a necessidade de se formar profissionais capacitados a oferecer uma assistência humanizada e, conseqüentemente, menos mecanicista, que sejam resolutivos em dilemas sociais, sobretudo os profissionais da fisioterapia, precisam conjugar as técnicas aprendidas com uma abordagem “ético-humanista”:

O fato é que a competência profissional envolve a aquisição de competências técnicas e ético-humanísticas. Assim, é preciso associar as competências técnicas que já são mais valorizadas historicamente, às competências éticas. O raciocínio técnico habitualmente funciona para indagações e conflitos de cunho técnico. Mas, mesmo em tais aspectos, há a variabilidade e a incerteza pertinente a cada individualidade.<sup>85</sup>

Desse modo, quando o profissional fisioterapeuta precisar lidar com questões que ultrapassem o nível técnico, através de sua formação, estará preparado em nível psicossocial e ético, para compreender as diversas formas de ver o mundo, respeitar as mais diversas crenças e considerar a integralidade do cuidado em saúde.

<sup>84</sup> ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2007.

<sup>85</sup> LADEIRA, Talita Leite. **Reflexões bioéticas na formação do fisioterapeuta**: perspectivas docentes e discentes. Tese (Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Medicina, 2018.

Por tudo isso, as instituições de formação do profissional fisioterapeuta, sejam elas públicas ou privadas, devem ir além do ensino de técnicas e procedimentos, buscando formar profissionais que sejam capazes de ter uma visão crítica do mundo, respeitando as diferenças religiosas, socioeconômicas e sabendo resolver dilemas sociais que lhes são apresentados, ou, em outros termos, tendo também uma formação ético-humanista.

### 3.2 PRINCÍPIO DA TOLERÂNCIA

Considera-se, brevemente, que a tolerância pode ser compreendida dentro de uma acepção de “fraca” ou “forte”. O sentido de “fraco” atribuído a essa palavra traduz-se no aceite de que outros indivíduos possam viver livremente, mesmo que não partilhem os nossos valores ou não pertençam ao mesmo grupo cultural ou religioso. A tolerância, assim, torna possível uma pacificação social (estática), mas não necessariamente baseada no respeito ao ser humano e na capacidade de discutir com as pessoas no espaço político<sup>86</sup>. Pode-se viver e conviver, mas nunca compartilhar<sup>87</sup>, o que pode ser entendido tendo em vista as restrições jurídicas por meio do Estado, que obriga os cidadãos e cidadãs a não interferirem na liberdade de quem escolhe adotar princípios e valores divergentes dos demais.

Já o sentido de “forte” atribuído ao conceito de tolerância vai além da simples conformação de que todos são providos da mesma liberdade. Diz respeito a uma tolerância epistêmica, que é, sobretudo, uma capacidade psicológica e cognitiva. A tolerância epistêmica depreende que cada um avalie suas próprias crenças como suficientemente boas e válidas para si mesmo, ou seja, que as eleitas pela pessoa sejam tão boas e válidas, quanto as crenças de outros indivíduos.

Notadamente, em termos de crenças religiosas, baseadas em valores absolutos e não em consensos sociais que podem sempre serem revistos e redefinidos, aprender a assumir essa tolerância é um exercício vagaroso e constante. Por isso, crianças que somente aprendem com base em ensinamentos do âmbito familiar ou da filiação religiosa escolhida tendem a permanecer privadas do contato e

<sup>86</sup> AMARAL, Catarina Costa d'. **A Invenção da Tolerância**: Política e Guerras de Religião na França do Século XVI. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>87</sup> GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **Democracy and Disagreement**. London: Belknap Press of Harvard University Press, 1996.

da ampliação de pontos de vista essenciais à finalidade que se pretende perseguir: o conhecimento de várias opções de vida, cujo objetivo principal é despertar o respeito pelos outros.

Um ensino que abrace a pluralidade que cerca as religiões na seara educacional justifica-se, muitas vezes, pela necessária contribuição para que se compreenda a cultura nos mais variados cenários (artísticos, históricos, políticos, etc.). Além disso, a importância da aquisição de informações em matéria de religião reside na sua natureza apriorística, isto é, à medida que a formação plural do cidadão e cidadã pressupõe o conhecimento dos elementos que compõem o contexto social, já não segue mais os traços de uma sociedade homogênea no que tange o aspecto religioso.

O estímulo à tolerância não acontece tão somente a partir do conhecimento sobre a crença alheia. A história nos mostra que a intolerância do ser humano já resultou em desavenças fatais, não apenas conscientes, mas as divergências religiosas foram a fonte dos conflitos<sup>88</sup>. Ainda, a apresentação meramente descritiva das religiões pode não contemplar o legítimo interesse da exposição do universo religioso, ocasionando o afastamento da experiência real que se pretende difundir.

O que se extrai de toda a aparente dificuldade que permeia a disseminação de conhecimentos sobre a diversidade de crenças é o que essencialmente se propõe: respeito pelo ser humano como iguais em dignidade. Esse respeito supera, em termos de aprendizagem, o conhecimento, pois é a partir dessa aceção que entendemos a relevância de respeitar, genuinamente, a relação que o outro e a outra tem com os valores que lhe permitem sentir-se aceito e aceita em sua própria identidade.

A tolerância epistêmica não demanda a identificação com as crenças e práticas da outra pessoa, ou seja, não sugere desvinculação de suas próprias convicções em nome da tolerância com os que não as compartilham. Respeitar outras religiões não se baseia em reconhecê-las como justas e adequadas, mas na aceitação de que o respeito em nada depende disso.

Quando falta reconhecimento social ou espaço de liberdade para determinada religião, crença ou valor, a chance de o indivíduo ou grupo marginalizado reagir de modo defensivo é forte. A autopreservação dá voz a ofensas e à intolerância em

<sup>88</sup> MILOT, Micheline; ESTIVALÉZES, Mireille. La prise en compte de la diversité religieuse dans l'enseignement scolaire en France et au Québec. **Éducation et Francophonie**, v. 36, n. 1, p. 86-102, 2008.

ambientes que carecem de neutralidade, afastando o entendimento necessário da multiplicidade de cultura. Portanto, identificar a religiosidade como manifestação humana é promover a disseminação do respeito e da tolerância sem alimentar a desvalorização do que é diferente.

### 3.3 PRINCÍPIO DA RECIPROCIDADE E DO CIVISMO

Pensar em termos de reciprocidade é, decerto, uma competência social mais complicada de ser desenvolvida se comparada com o exercício do respeito mútuo; ainda assim, encontra-se no mesmo contexto. A reciprocidade permeia a ética das relações sociais, em que as pessoas devem ser capazes de avaliar o que podem esperar de quem não divide os mesmos valores. As disposições de personalidade que permitem o respeito pelos demais e a capacidade de conceber as relações sociais em termos de reciprocidade manifestam-se concretamente em atitudes na esfera pública, designadas de senso cívico<sup>89</sup>, que se referem, portanto, a um modo de viver em coletividade e não a um ideal normativo, no qual cabe certa habilidade reflexiva e moderação na expressão pública das crenças, para que seja permitido o alcance adequado do respeito e da reciprocidade.

A habilidade reflexiva refere-se à capacidade da pessoa de voltar o pensamento sobre si mesmo. Conseguir distanciar-se de convencimentos morais e religiosos não exprime negação ou atitude relativista em relação às crenças. Em outras palavras, a prática reflexiva não supõe vontade ou tendência ao desprendimento cultural de sua bagagem. Sem o amadurecimento desta habilidade, é improvável que um sujeito compreenda que o que lhe é indiscutivelmente injusto, seja bom e justo para outros.

Relatividade das opções morais e religiosas não se confunde com relativismo, uma vez que este pressupõe o nivelamento de precedência moral, sendo todas dignas. A relatividade oportuniza o conhecimento de que a validade das crenças depende de pontos de vista pessoais<sup>90</sup>.

<sup>89</sup> WEITHMAN, Paul J. **Religion and the Obligations of Citizenship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

<sup>90</sup> WEBER, Max. **Le savant et le politique**. Paris: Plon, p. 539, 1965.

A moderação cívica na afirmação social identitária representa uma lógica desenvolvida por Spinner<sup>91</sup> e retomada por Pagé<sup>92</sup>, que também mantém sua lógica no mesmo cenário que defende a diversidade e a igualdade de todos. Em sentido literal, a moderação significa comedir, processo de diminuir excessos, extremos. Aqui já é possível esboçar a noção de que a moderação cívica pretende perpetuar no âmbito das crenças. Moderar não implica a completa supressão de identidade religiosa, mas sim o ajuste que colabora com a manutenção do respeito pelo que diverge.

A moderação propõe a existência de declarações mais enfáticas e radicais na ambiência onde há afinidade ideológica; porém, deve-se evitar embates discriminatórios e valorizar a relação amistosa. Tal comportamento não carece de providências apenas dos grupos com menor quantidade de representantes, ainda que nestes as crenças religiosas influenciem de formamais contundente. Nos grupos majoritários, as expectativas alinhadas se voltam aos que detêm outra identidade, expectativas essas que requestam que os que divergem se adéquem às condutas indiretamente dominantes. A habilidade de manter-se moderado traduz-se como forma de ser diante dos que têm outra concepção e adotam outra crença.

A atmosfera onde prospera a educação configura o âmago da diversidade de valores e percepções que constroem nossa individualidade. O interculturalismo, apesar de criar desafios para a harmonia populacional, é o que nutre a pluralidade da natureza humana. A inclusão da diversidade religiosa na educação intercultural contribui para a consagração de pessoas que entendem os conflitos interpessoais como momentos singulares para o desenvolvimento absoluto dos estudantes, pois eles proporcionam possibilidades de intervenção por meio da problematização de situações reais vivenciadas em sala de aula e da busca de soluções num ambiente de solidariedade, justiça e respeito.

### **3.4 PESQUISA SOCIAL: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA E HIPÓTESES**

A abordagem metodológica desta pesquisa é quantitativa, pois o objetivo é apontar e analisar estatisticamente o comportamento dos estudantes em relação à

<sup>91</sup> SPINNER, Jeff. **The Boundaries of Citizenship**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1994.

<sup>92</sup> PAGÉ, Michel. Citoyenneté et pluralisme des valeurs. In: PAGÉ, Michel, MC ANDREW, Marie, GAGNON, France (Org.). **Pluralisme, citoyenneté et éducation** Montreal: Harmattan, 1996.



(in) tolerância em sala de aula quanto ao tema eutanásia, na perspectiva de suas crenças religiosas.

Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa de campo, pois a coleta de dados é feita no mesmo ambiente que corresponde ao objeto de estudo da pesquisa: uma instituição de ensino superior da cidade de Vitória da Conquista.

A técnica utilizada foi apoiada em questionários, documento que fornece uma lista de perguntas baseadas no objetivo da pesquisa, a fim de que o informante o preencha para análise posterior dos dados colhidos. Neste caso, o questionário foi entregue aos estudantes da turma do IV semestre do curso de Fisioterapia de uma instituição de ensino superior da cidade de Vitória da Conquista, BA.

Para tanto, a pesquisa fez uso do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, documento pelo qual se garante ao participante da pesquisa o respeito aos seus direitos e opiniões, mantendo o anonimato, a fim de não constrangê-lo em relação às respostas fornecidas ao aplicador, que, neste caso, tem uma relação de convívio constante.

### **3.4.1 Descrição do questionário**

O questionário aplicado contempla sete perguntas, quatro objetivas e três discursivas, enumeradas e ordenadas, conforme segue:

1. Sexo M (  ) F (  );
2. Idade 1. (  ) até 20 anos; 2. (  ) até 30 anos; 3. (  ) até 40 anos; 4. (  ) até 50 anos ou mais.
3. Ao falarmos de religião, você se considera 1. (  ) religioso ou religiosa; 2. (  ) não religioso e não religiosa;
4. Qual a sua religião? (  ) não tenho / R:.....;
5. O que você acha da eutanásia?
6. Já houve alguma situação dentro da sala de aula, sobretudo, ao ser ministrada a disciplina de Bioética e Deontologia, em que você se sentiu desconfortável ou ofendido ou ofendida?
7. Por quê? (Caso a resposta para a pergunta acima seja sim)

### **3.4.2 Descrição do *corpus***

O corpus analisado é formado por 27 discentes da turma de Bioética e Deontologia, do IV Semestre do Curso de Fisioterapia da Faculdade Independente do Nordeste, sendo 23 do sexo feminino e 4 do sexo masculino.

Dos 27 informantes, 19 estão na faixa etária até 20 anos, dos quais 16 são mulheres; sete, na faixa etária até 30 anos, todas mulheres; apenas um informante, do sexo masculino, tem até 40 anos de idade.

As religiões citadas pelos entrevistados e entrevistadas foram: protestante, evangélica e espírita. Também apareceu o termo “cristianismo”, para denominar a crença firmada na relação de fé com Jesus Cristo.

### **3.4.3 Hipóteses**

O conceito de Religião é bastante abrangente. Sua definição perpassa pela área da Sociologia, da Filosofia, da Antropologia, da Psicologia, etc. No sentido prático, a escolha religiosa é fruto de uma série de fatores inerentes à vida do indivíduo, como a cultura do lugar onde se vive, com a predominância de determinadas religiões, ou uma série de vivências que influenciam o caminho religioso a ser seguido. Ela parte da convicção de que o religioso ou religiosa se conecta com alguma(s) força(s) superior(es) que determinam o destino do ser humano por meio de princípios que devem ser seguidos. Tais princípios, entretanto, divergem entre as religiões, uma vez que cada uma formula uma crença a respeito de condutas e comportamentos, relativas ao sentido da vida e da morte.

Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que a eutanásia, prática da medicina que propõe a morte intencional de algum enfermo ou enferma cujo quadro é incurável, trata de um tema contestável para algumas crenças religiosas. Além dessa hipótese, também partimos do princípio de que, por ser a instituição de ensino superior um lugar que acolhe uma diversidade de estudantes, eles manifestem as diferenças de maneira respeitosa.

### 3.5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Averiguar e analisar a concepção das pessoas a respeito do tema eutanásia é bastante complicado, conforme exposto nas seções anteriores desta dissertação. A literatura é bastante restrita no que diz respeito aos estudos da relação que o campo religioso estabelece com a eutanásia e aos estudos acerca da pluralidade cultural no ensino superior.

Os dados a serem analisados a seguir não garantem uma representação oficial acerca das concepções dos estudantes do ensino superior do Brasil a respeito da relação entre a sua religião (ou a ausência dela) e a prática da eutanásia, mas evidenciam a necessidade de debater o assunto numa sociedade que manifesta diariamente as suas opiniões, principalmente, no cenário atual marcado pela polarização que caracteriza o cerne da política brasileira, em grande parte, resultado da influência de perspectivas religiosas.

#### 3.5.1 Religiosidade e religião

Como mencionado no capítulo anterior, 27 pessoas responderam ao questionário. Ao serem questionados se eram, ou não, religiosos e religiosas, 23 responderam “sim” e 4, “não”.

**Tabela 1. Religiosos e não religiosos**

Número de informantes	Informantes que se consideram religiosos	Informantes que não se consideram religiosos
27	23	4

Fonte: Dados da pesquisa.

Em seguida, foi perguntado qual era sua religião, caso a resposta anterior fosse positiva. Chamou atenção que dois dos quatro entrevistados que responderam que não eram religiosos disseram que sua religião era a católica e a evangélica. Outro respondeu que vivia a própria espiritualidade. Estas respostas revelam a distinção feita entre religiosidade e religião, ou seja, partimos do pressuposto de que os

informantes, embora sejam simpatizantes de determinada religião, não se consideram praticantes.

**Tabela 2. Informantes que fazem a distinção entre religião e religiosidade**

Informantes que não se consideram religiosos	Informantes que não se consideram religiosos e descreveram sua religião
04	03

Fonte: Dados da pesquisa.

### 3.5.2 Cristianismo e religião

Do total de participantes, 22 se consideram religiosos e responderam à pergunta “Qual é a sua religião?”; somente uma não respondeu. As respostas apontaram as seguintes doutrinas: evangélica, católica, espírita e protestante. Oito pessoas responderam à pergunta, referindo-se aos termos “cristã” e “cristianismo”, o que aponta a relação que estabelecem entre a fé em Jesus Cristo e o tema religião, ou seja, mesmo não sendo adeptos de uma religião específica, consideram-se religiosos por crerem em Jesus Cristo.

**Tabela 3. Informantes que se consideram religiosos sem especificar uma religião**

Informantes que se consideram religiosos	Informantes que especificaram sua religião como “cristã/cristianismo”
22	8

Fonte: Dados da pesquisa.

### 3.5.3 Eutanásia: contra ou a favor

Ao ser perguntado se o informante era a favor ou contra a prática da eutanásia, a maioria, 16 pessoas, respondeu que era a favorável; 11 disseram que eram contra.

11 participantes afirmaram serem contra a prática da eutanásia, dois são católicos; dois, evangélicos; cinco, de uma religião associada ao ser “cristão” ou ao “cristianismo”; um não se considera religioso; e outro se considera religioso, no entanto, não respondeu à pergunta sobre qual era a sua religião.

**Tabela 4. Informantes a favor e contra a prática da eutanásia**

Número de informantes	A favor	Contra
27	16	11

Fonte: Dados da pesquisa.

**Tabela 5. Religião dos informantes que são contra a prática da eutanásia**

Contra a prática da eutanásia	Católicos	Evangélicos	“Cristão/Cristianismo”	Não se considera religioso	Considera-se religioso mas sem religião
11	2	2	5	1	1

Fonte: Dados da pesquisa.

Dos 16 informantes que são favoráveis à prática da eutanásia, cinco se consideram católicos; três evangélicos; um espírita; um protestante; um não se considera religioso e não tem religião; um se considera religioso, no entanto, não tem religião; um se considera religioso, mas não especificou a religião, afirmando viver a sua própria espiritualidade; três responderam que se alinham com a fé “cristã” ou com o “cristianismo”. Essas informações podem ser observadas na tabela abaixo:

**Tabela 6: Religião dos informantes que são a favor da prática da eutanásia**

A favor da prática da eutanásia	Católicos	Evangélicos	Espíritas	Protestantes	Não se considera religioso e não tem religião	Considera-se religioso mas não tem religião	Considera-se religioso, mas não especificou a sua religião	Consideraram-se religiosos e especificaram sua religião como “cristã/cristianismo”
16	5	3	1	1	1	1	1	3

Fonte: Dados da pesquisa.

#### 3.5.4 O tema “eutanásia” em sala de aula

Em relação à pergunta, “Já houve alguma situação dentro da sala de aula, sobretudo, durante as aulas da disciplina de Bioética e Deontologia, em que você se sentiu desconfortável, ofendido ou ofendida?”, todos os informantes, sem exceção, responderam “não”. A unanimidade das respostas reflete o objetivo principal da nossa pesquisa.

Apesar de a pergunta ter sido objetiva, alguns estudantes fizeram questão de enfatizar com algum comentário que há respeito às opiniões distintas que o tema suscita, conforme as manifestações transcritas a seguir: “*Não. Houve muito respeito com relação às decisões e opiniões*”; “*Não. É uma matéria excelente que busca termos um olhar diferenciado*”; “*Não, aprendemos valores saudáveis que nos comportam para a vida*”; “*Não. Consigo aceitar as opiniões diversas*”; “*Não. Foi muito esclarecedor e os participantes expôs suas opiniões de forma muito ética e respeitou a opinião dos outros participantes*”; “*Não, em momento algum. Muito pelo contrário, me faz refletir sobre coisas que nunca parei pra pensar antes*”.

### 3.5.5 Considerações finais da pesquisa social

Com base no levantamento dos dados, podemos constatar que a relação que as pessoas estabelecem com a religiosidade é complexa e bastante plural. Informantes adeptos da mesma religião expressaram opiniões distintas a respeito da prática da eutanásia, enquanto outros e outras se consideraram religiosos e religiosas, ainda que não fossem praticantes de uma religião específica.

É evidente, como dito no início da seção, que os dados aqui apresentados não pretendem, muito menos representam o cenário nacional religioso e o seu vínculo com a prática da eutanásia. No entanto, apesar de tratar-se de um *corpus* demasiadamente sucinto se comparado à população brasileira, a pesquisa pode ser considerada significativa, pois, apesar de ser uma exígua parcela da população, constatamos uma significativa diversidade religiosa e cultural.

### 3.6 PROPOSTA DE ATIVIDADE PEDAGÓGICA PARA O TEMA “EUTANÁSIA” EM SALA DE AULA

Ao ter em vista os dados apresentados na mobilização teórica e as informações levantadas pela pesquisa social, evidencia-se a importância e a relevância de discutir de forma mais aprofundada, questões relativas à eutanásia, que emergiram nas aulas das disciplinas dos cursos voltados à área da saúde. Tendo isso em vista, sobretudo, a pluralidade cultural dentro da sala de aula, é preciso buscar estratégias de ensino que tornem esse tipo de discussão ainda mais relevante. Nesse sentido, o método GV/GO, proposto por Anastasiou e Alves<sup>93</sup> e vivenciado por mim como docente em sala de aula, mostra-se bastante eficaz para ser aplicado nas disciplinas de bioética e deontologia, uma vez que permite mobilizar discussões profundas sobre temas difíceis, como o da eutanásia. Pensar em metodologias ativas é situar o docente em um habilidoso mediador e facilitador da aprendizagem. Por esse motivo, a intenção, neste tópico, é tratar mais detalhadamente o método, oferecendo uma nova possibilidade de abordagem do tema, além de relatar minha experiência com essa estratégia.

<sup>93</sup> ANASTASIOU, 2003, p. 13.

A responsabilidade do docente inicia no planejamento, pois os resultados da avaliação também precisam ser refletidos, afim de tornar cada momento em uma oportunidade de aprendizagem significativa. Criatividade e boas estratégias de aulas são indispensáveis para melhorar o aprendizado.

Antes de mais nada, ao falar de “estratégias de ensino” para tratar de temas tabus na sala de aula, é preciso entender a relevância desse conceito. Essa noção abarca dois processos, o de ensinar e o de aprender, e é definida como:

[...] uma prática social complexa efetivada entre os sujeitos, professor e aluno, englobando tanto a ação de ensinar quanto a de apreender, em um processo contratual, de parceria deliberada e consciente para o enfrentamento na construção do conhecimento escolar.<sup>94</sup>

As autoras não adotam a terminologia “estratégia de ensino”, mas, sim, “ensinagem”, pois, na visão delas, essa noção abarca tanto o ensinar quanto o aprender. Vale ressaltar que as estratégias de ensino são inúmeras, entre elas, a do GV/GO.

O GV/GO, que consiste na divisão do grupo em dois subgrupos (GV = grupo de verbalização; GO = grupo de observação), possibilita analisar o conteúdo de um assunto/problema, introduzir um novo conteúdo, discutir um problema e examinar possíveis soluções, estimular a capacidade de observação e julgamento de todos os participantes, desenvolver habilidades de liderança, entre outros.

A seguir, uma descrição detalhada da estratégia:

1. Caracterização:

Consiste na divisão do grupo em dois subgrupos (GV = Grupo de verbalização; GO = Grupo de observação). O primeiro grupo discute o tema na primeira fase, enquanto o segundo observa e se prepara para substituí-lo. Na segunda fase, o primeiro grupo observa e o segundo discute. É uma técnica bastante fácil e informal.

2. A estratégia é útil para:

Análise de conteúdo de um assunto/problema.

Introdução de um novo conteúdo.

<sup>94</sup> ANASTASIOU, 2003, p. 15.



Conclusão de estudo de um tema.

Discussão de problemas e exame de soluções.

Estimular a participação geral do grupo.

Estimular a capacidade de observação e de julgamento de todos os participantes.

Para isso, cada participante do GO deve cumprir seu papel de observador, buscando encontrar aspectos positivos e negativos com objetividade, na objetividade do GV.

Desenvolver habilidades de liderança.

### 3. Use a técnica quando:

O número de participantes for relativamente pequeno.

Já houver um bom nível de relacionamento e de comunicação entre os membros do grupo.

For necessário criar uma atmosfera de discussão.

For conveniente diluir o formalismo do grupo.

Desejar estimular a discussão e o raciocínio.

### 4. Como usar a técnica

O coordenador propõe o problema e explica qual o objetivo que pretende com o grupo.

Explica como se processará a discussão e fixa o tempo disponível.

O grupo é dividido em dois.

Um grupo formará um círculo (GV) e o outro um círculo externo (GO).

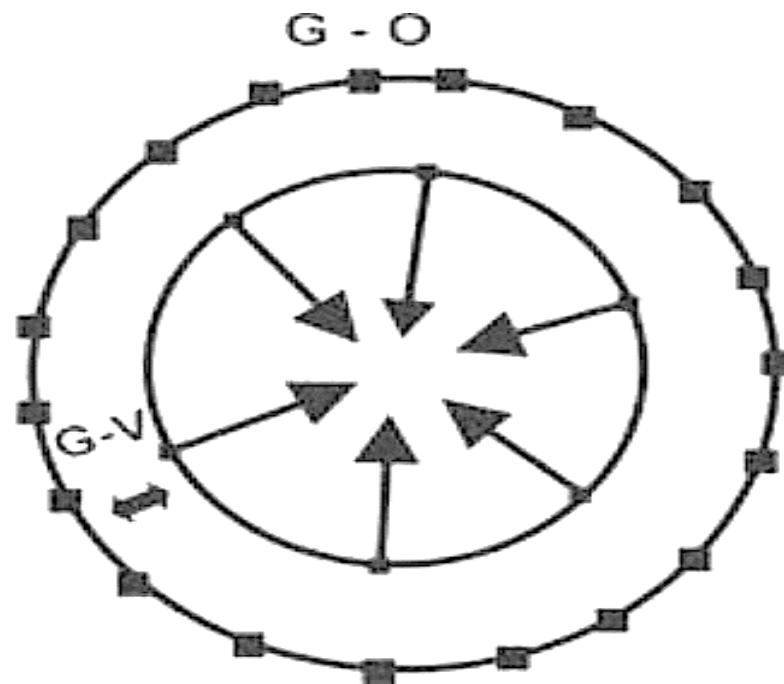
Apenas o GV debate o tema. O GO observa e anota.

Após o tempo determinado, o coordenador faz a inversão, passando o grupo GV para o exterior do círculo e o GO para o interior.

Após as discussões, o coordenador poderá apresentar uma síntese do assunto debatido.

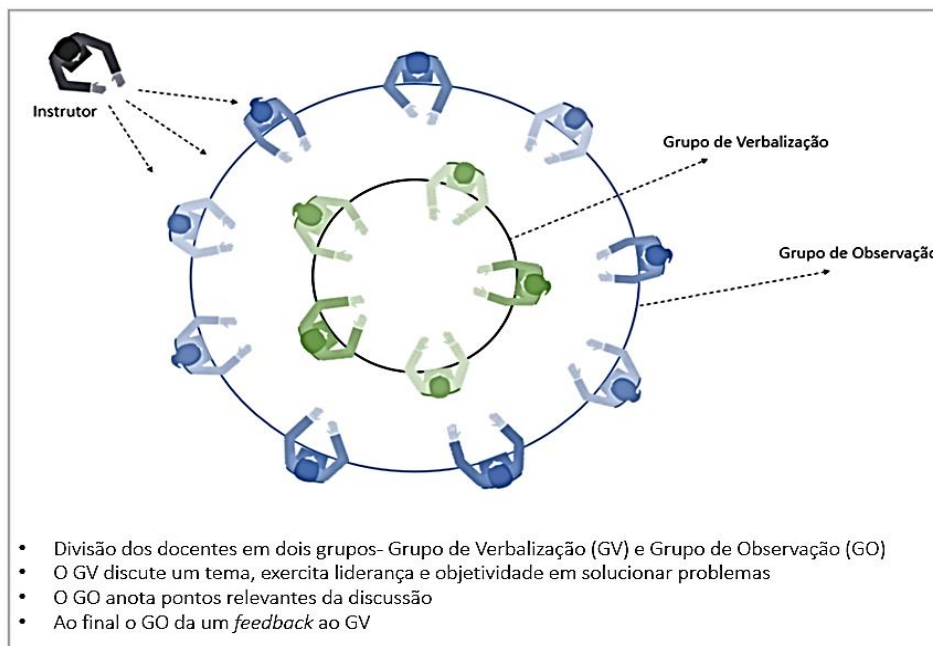
Abaixo, ilustrações de como funciona a dinâmica:

**Figura 1.** Ilustração dos grupos de verbalização e observação.



Fonte: (ANASTASIOU; ALVES, 2003)

**Figura 2.** Ilustração do posicionamento dos participantes e a sua divisão em dois grupos: verbalização e observação.



Fonte: Figura criada pela autora.

Essa técnica é muito utilizada com grupos maiores, pois exige a divisão em dois subgrupos.

Um subgrupo (GV) interno formará um círculo e um subgrupo (GO) externo, que faz um semicírculo, ao redor das paredes da sala.

O grupo de verbalização (GV) debate o tema e o subgrupo de observação (GO) observa sem fazer nenhum comentário.

Quando o grupo GV esgotar a discussão, ele troca de posição tornando-se GO e quem era GO se desloca para ser GV.

O grupo de verbalização (GV) elege um coordenador que conduzirá a discussão do assunto, um secretário ou redator para anotar as conclusões do grupo e um relator, que, num terceiro momento, apresenta as conclusões a que chegaram.

Por fim, num terceiro momento, os dois subgrupos apresentam as suas conclusões e o coordenador solicita aos grupos uma avaliação do seu desempenho. Trata-se, pois, de uma técnica bastante fácil e informal, mas que pode enriquecer bastante o debate sobre um tema complexo como o da eutanásia.

Após vivenciar em sala de aula debates calorosos sobre o tema eutanásia, inserido na matriz curricular Bioética e Deontologia do curso de fisioterapia de uma instituição de ensino superior, onde, desde 2014, presto serviço na docência, fui motivada a utilizar na discussão desse tema, metodologias ativas como ferramentas para facilitar a realização de debates e também para aprimorar os conhecimentos discutidos durante a aula.

Este modelo de ensino estimula os discentes para que aprendam de forma autônoma e participativa, a partir de problemas e situações reais. A proposta é que o estudante esteja no centro do processo de aprendizagem, participando ativamente e sendo responsável pela construção de conhecimento.

O GVGO, assim como as demais metodologias, possui limitações e desafios que merecem ser discutidos. Trata-se de uma proposta que depende da motivação e da participação dos estudantes. Contudo, os docentes podem criar alternativas para que os discentes se comprometam, atribuindo pontos de participação, por exemplo, ou solicitando que um relatório final seja entregue pelos mesmos, ao qual será atribuída nota.

O diagnóstico prévio da turma onde será trabalhado essa ferramenta de aprendizagem, servirá para identificar aceitação ou não da estratégia utilizada. A

responsabilidade, criatividade e incentivo do docente refletirá de forma positiva, para obter melhores resultados.

Nesse sentido, a proposta de trabalhar o tema “eutanásia” através da metodologia ativa GV/GO (grupo de verbalização e grupo observador), descrita anteriormente, parecia contemplar uma proposta de aprendizagem que considera o respeito, a tolerância e a diversidade de pensamentos.

A aplicação da estratégia pedagógica se dividiu em duas fases. No primeiro momento, foi apresentado aos discentes a metodologia que seria utilizada para desenvolver a proposta pedagógica; na sequência, disponibilizou fontes de pesquisa, para que os estudantes se inteirassem do assunto. Foi apresentado temas como: motivação, curiosidade, direito, humanidade, respeito e tolerância.

O segundo momento consistiu na apresentação de um vídeo com cenas do filme “Menina de ouro”, indicado em sete categorias de Oscar, que trata de uma lutadora de box, que, a cada dia, surpreende mais o seu treinador. O filme tem, então, uma reviravolta impressionante e de maneira surpreendente traz à tona a discussão sobre o direito à vida e à morte.

Após a exibição do vídeo, a turma foi dividida em dois grupos, o GV, o grupo verbalizador, e o GO, o grupo observador. Neste primeiro momento, os próprios discentes escolheram o grupo do qual queriam participar. Formou-se um círculo interno, o grupo verbalizador, e um círculo externo, o grupo observador.

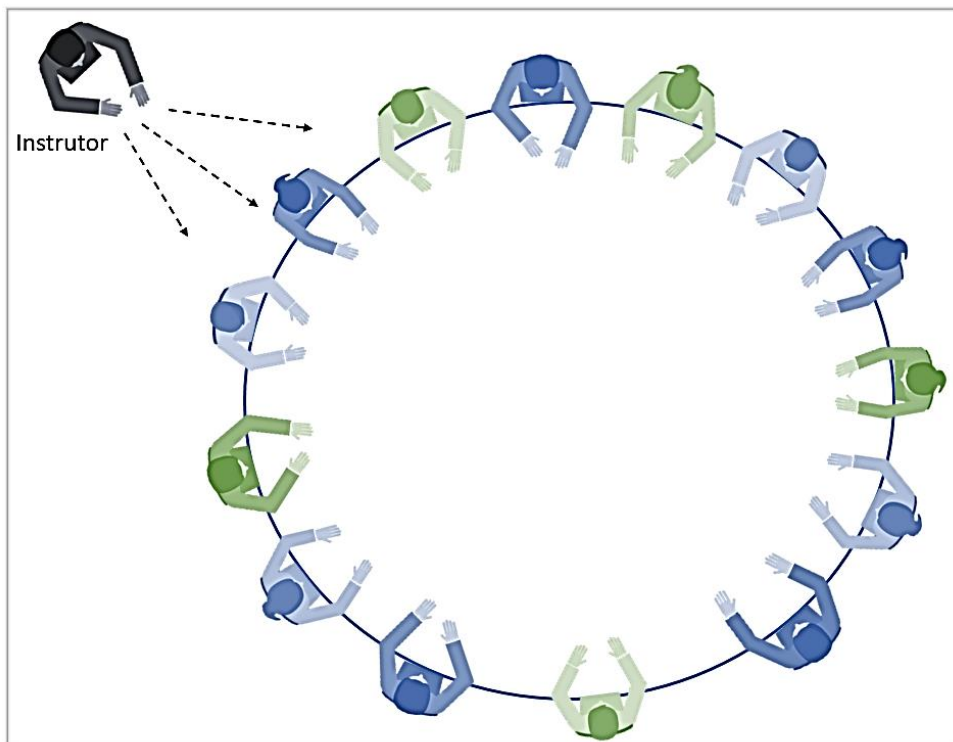
A partir daí, iniciou-se a condução e a mediação da estratégia utilizada. Perguntas previamente elaboradas e lançadas pela docente foram distribuídas, quatro para cada grupo, sendo duas delas iguais para os dois grupos. Estabeleceu-se um tempo de quinze minutos de discussão para cada grupo. À medida que a discussão avançava, percebia-se a interação e a participação dos envolvidos, com relatos de fatos atuais, familiares, demonstrando assim que se tratava de um espaço de troca, de aprendizagem e de domínio do assunto em discussão.

Após a explanação do grupo verbalizador, foi aberto espaço para o grupo que estava na observação manifestar-se para avaliar, lançar perguntas, expor comentários a respeito da atuação do grupo GV. Em seguida, realizou-se a troca entre observador e verbalizador. Os procedimentos foram semelhantes aos anteriores. Da mesma forma que o primeiro grupo, todos interagiram, participaram animadamente e trouxeram contribuições pertinentes ao tema em discussão.

No final da aula, foi formado um único círculo com todos os discentes, como demonstrado na figura 3, com o objetivo de avaliar os pontos positivos e negativos da estratégia utilizada.

As narrativas dos acadêmicos evidenciaram satisfação com a metodologia trabalhada na sala de aula. Relataram que, com a utilização da estratégia GV/GO, todos puderam expor suas ideias e opiniões sem faltar respeito, havendo tolerância e compreensão. Na visão da docente, a estratégia GV/GO, utilizada para trabalhar o tema “eutanásia”, foi exitosa, os discentes compreenderam perfeitamente a dinâmica da metodologia aplicada, demonstrando interesse e participação de todos. A docente evidenciou que o assunto abordado, apesar da sua complexidade transcorreu de forma respeitosa, amigável e tolerante.

**Figura 3.** Ilustração da formação de um único grupo com todos os discentes.



Fonte: Figura criada pela autora.

A oportunidade de trabalhar essa ferramenta de ensino em sala de aula, proporciona uma ótima maneira de fazer com que os discentes interaja melhor com os seus colegas, e participe ativamente na construção do seu aprendizado.

## 4 CONCLUSÃO

A religião está presente em todos os momentos da História da humanidade. Ela determina uma série de condutas necessárias para o convívio coletivo, além de definir o ponto de vista filosófico e moral dos indivíduos. O Brasil, país extenso e miscigenado por conta da colonização e de sua formação escravagista, conta com inúmeras religiões, desde o período da colonização por Portugal, passando pelos processos migratórios de outros países europeus e asiáticos até chegar aos dias atuais.

Outro tema bastante multifacetado é a pluralidade cultural, que enriquece a relação entre os estudantes e entre estes e a instituição, que deve fornecer aos indivíduos, não só no âmbito educacional, formas de aprendizado em relação às diferenças de pensamento e de opiniões. É fundamental para uma convivência humana fraterna o reconhecimento da pluralidade. O Brasil possui uma rica diversidade cultural e religiosa. No entanto, percebe-se, por parte de alguns grupos a intolerância religiosa, a falta de respeito à alteridade.

Tais diferenças se manifestam nas contraposições a respeito da prática da eutanásia, conforme foi demonstrado. Em relação a esse procedimento, há controvérsias polêmicas, uma vez que lida com crenças diferentes a respeito da morte de um ser humano, tema fortemente debatido pelas religiões, que têm como cerne a origem do indivíduo, a sua função na terra e para onde ele ou ela vai após a morte.

Nesse sentido, a análise dos dados desta pesquisa permitiu verificar a maneira como uma turma do curso de Fisioterapia de uma instituição de ensino superior privada se posiciona em relação à prática da eutanásia, levando em consideração sua religiosidade. Constatou-se, na turma, a presença das religiões católica, espírita, evangélica e protestante, o que configura uma diversidade religiosa relativamente grande numa turma de estudantes de graduação.

Se, por um lado, é evidenciada a presença forte da religião na turma, por outro, o tema da eutanásia ainda se desdobra de forma bastante difusa entre os discentes. Mesmo que algumas religiões aceitem o processo, como é o caso dos evangélicos, que permitem a eutanásia passiva, por exemplo, dois dos analisados que professam essa fé se posicionaram categoricamente contra o procedimento. Esse número chega a ser muito próximo aos que são a favor da prática, totalizando três pessoas.

O levantamento dos dados permitiu verificar a hipótese aqui levantada de que a eutanásia, mesmo sendo uma prática aceitável por algumas instituições religiosas,

não é necessariamente aceita por quem pertence a esta religião, demonstrando assim que ser adepto de alguma religião nem sempre corresponde a concordar com todos os seus preceitos.

Numa outra perspectiva, foi possível perceber que, das duas pessoas que se autodeclararam não religiosas, uma concorda com o procedimento e a outra discorda. Nesse sentido, verifica-se que não seguir alguma religião não corresponde a, forçosamente, concordar com o procedimento.

Vale destacar também que esta pesquisa não se restringiu a analisar as posições dos membros religiosos e a dos membros não religiosos em relação à eutanásia, mas também objetivou examinar a (in)tolerância dos discentes contrários à prática. Nesse caso, todos e todas se mostraram abertos a diferentes pontos de vista para terem mais esclarecimentos sobre o tema, afirmando a importância de aprofundar-se num tema tão complexo.

Há indicativos de que todos e todas podem ser considerados com uma “tolerância forte” em relação ao tema da eutanásia<sup>95</sup>, uma vez que houve harmonia e respeito entre o grupo que partilhou opiniões bastante divergentes sobre um tema polêmico, contestável e pouco debatido pelo senso comum. Há, portanto, uma capacidade psicológica e cognitiva por parte da turma, no sentido de conhecer e de discernir a própria posição, não invalidando quem pensa de forma diferente.

Quanto aos limites desta pesquisa, é preciso observar que não se pode determinar com precisão o que levou uma turma tão diversa a ser extremamente unânime em relação à tolerância quando se fala de eutanásia. Seriam necessários estudos mais aprofundados sobre o assunto e outros recortes de pesquisa para chegar a uma conclusão mais satisfatória nesse sentido. Além disso, não podemos determinar, aqui, o motivo de pessoas que pertencem a determinada religião irem contra os preceitos da igreja, quando se trata de morte induzida.

Contudo, diante do cenário atual, estruturado a partir das constantes incertezas e rápidas mudanças, observa-se que as instituições de ensino superior (IES) precisam aprimorar suas teorias e práticas, investindo na reconstrução das estratégias de ensino e de aprendizagem, ao abordarem a bioética e a eutanásia nas disciplinas.

Sendo assim, entende-se que uma disciplina específica que trate desses temas seja fundamental, não só no curso de fisioterapia, como também nos demais cursos

<sup>95</sup> GUTMANN, 1996, p. 423.

da área da saúde, a fim de fomentar a discussão sobre o tema, que ainda é um tabu, com base em estudos científicos, filosóficos, antropológicos, sociológicos, etc. Somente com base em argumentos bem fundamentados, chega-se a conceitos e práticas conscientes e racionais. Vale lembrar que, ainda que a disciplina de bioética seja obrigatória nesses cursos, alguns estudos apontam que há universidades que não ofertam ou tangenciam o tema, tratando-o de forma superficial em outras disciplinas.

Além disso, sugere-se que todos os cursos, por determinação superior, sejam obrigados a oferecer a disciplina de bioética, a partir de estratégias pedagógicas que abordem especificamente o tema da eutanásia, considerando a complexidade do tema. Sabe-se, contudo, que atuar em sala de aula desenvolvendo estratégias distintas de “ensinagem” não é tarefa fácil. Enquanto docente, é possível perceber que são bem recorrentes as aulas expositivas, palestras e seminários; contudo, essas estratégias precisam ser adequadas, isto é, reestruturadas, adaptadas, ao tipo de conteúdo abordado, de acordo o perfil da turma e dos objetivos traçados, para que estes sejam plenamente atingidos.

Nesse sentido, a proposta de trabalhar o tema “eutanásia” através de uma metodologia ativa, como a GV/GO (grupo verbalização e grupo observador), descrita mais detalhadamente no tópico anterior desta pesquisa, parece contemplar uma proposta de aprendizagem que considera o respeito e a tolerância à diversidade de pensamentos.

Diante do exposto, compreendemos que o assunto é inesgotável e que deve ser debatido frequentemente, posto que há uma infinidade de religiões que orientam e determinam os valores e princípios da sociedade em geral. As discussões hodiernas sobre a eutanásia, permanecem ainda muitos pontos em aberto, aparentemente insolúveis, aguardando que um melhor tratamento conceitual seja desenvolvido. A eutanásia ainda é vista como um tabu em boa parte da sociedade, especificamente no caso do Brasil.

Por isso, a relação entre a eutanásia e a religião deveria ser objeto de um maior número de pesquisas, a fim de enriquecer a literatura e, na prática, seja na área da saúde, seja na área jurídica, fundamentar decisões a serem tomadas quando se trata da relação vida e morte.





## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Catarina Costa d'. **A Invenção da Tolerância: Política e Guerras de Religião na França do Século XVI**. Tese (Doutorado em História Social da Cultura) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2008.
- ANASTASIOU, Léa das Graças Camargos; ALVES, Leonir Pessate. (Orgs.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 3. ed. Joinville: Univille, 2007.
- ANDRADE, Maristela Oliveira de. A Religiosidade Brasileira: o pluralismo religioso, a diversidade de crenças e o processo sincrético. **CAOS - Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, n. 14, p. 106-118, 2009.
- ANTONIAZZI, Alberto. As religiões no Brasil segundo o censo de 2000. **Revista de Estudos da Religião**, v. 2, n. 3, p. 75-80, 2003.
- ARRIBAS, Célia da Graça. Espíritas de todo o Brasil, uni-vos! Meandros da *unificação espírita na primeira metade do século XX*. **Revista Religião e Sociedade**, v. 37, n. 3. Rio de Janeiro, p. 150-172, 2017.
- ASSIS, Thaís Silva. Religiosos sem religião: nuances sociais de uma tendência. **Áskesis**, v. 6, n. 1, 2017.
- AZEVEDO, Thales de. **O catolicismo no Brasil**: Um campo para a pesquisa social. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do MEC, 1955. 70p.
- BARROS LARAIA, Roque de. As religiões indígenas: o caso tupi-guarani. **Revista Usp**, n. 67, p. 6-13, 2005.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Editora Vozes, 2019.
- BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- BRANDT, Reynaldo André; MONZILLO, Paulo Helio. Ética e Saúde. **Einstein: Educação Continuada em Saúde**, v. 7, n. 2. p. 93, 2007.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Brasília, DF, 1997.
- CARIELLO, R. As Igrejas do Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 06 maio 2007. Especial Religião.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Religião no povo**. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

CENSO, I.B.G.E. Número de católicos cai e aumenta o de evangélicos, espíritas e sem religião. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Código de Ética Médica: Resolução CFM nº 1.931, de 17 de setembro de 2010**. Brasília: CFM, 2010.

CONSTANZA, José Roberto da. As Raízes Históricas do Liberalismo Teológico. **Fides Reformata**, v. 10, n.1. p. 79-99, 2005.

COUTO FILHO, José Carlos Ferreira et al. Ensino da bioética nos cursos de Enfermagem das universidades federais brasileiras. **Rev bioét (Impr.)**, v. 21, n. 1, p. 179-85, 2013.

FALBEL, Nachman. **Judeus no Brasil: estudos e notas**. Editora Humanitas, 2008.

FEDERAL, Senado. **Projeto de Lei do Senado nº. 125 de 1996**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/27928>. Acesso em: 02. dez. 2019.

FEDERAL, Senado. **Projeto de Lei do Senado nº. 236 de 2012**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/106404>. Acesso em: 02. dez. 2019.

FOLLMANN, José Ivo. Religião, Laicidade e Democracia: Apontamentos sobre o Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 236, p. 170-184, 2016.

FREITAS, Carlos E. Adeus, secularismo! Bem-vindo, pluralismo! *Rumo a um novo paradigma da modernidade?* **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 8, n. 1, p. 329-339, jan.- jun. 2018.

GOMES, Adriana. O processo de laicização do Estado brasileiro e a criminalização do espiritismo no Código Penal de 1890. **Revista Veredas da História**, v. 5, n. 2, 2016.

GONÇALVES, Rafael Bruno. **O discurso religioso na política e a política no discurso religioso: uma análise da atuação da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados (2003-2014)**. (Tese de Doutorado em Sociologia), IESP, Rio de Janeiro, 2016.

GUERRA, Lemuel Dourado. **Mercado religioso no Brasil: competição, demanda e dinâmica da esfera da religião**. João Pessoa: Idéia, 2003.

GUTMANN, Amy; THOMPSON, Dennis. **Democracy and Disagreement**. London: Belknap Press of Harvard University Press, 1996.

HUFF, Arnaldo Érico. Protestantismo, Modernização e Estado Leigo: Luteranos confessionais entre a ortodoxia e a laicidade nos inícios da era Vargas. **Revista de Estudos da Religião**, n. 8. p. 1-26, 2008.

JACOB, C. R. et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC/Loyola/CNBB, 2003.

LADEIRA, Talita Leite. **Reflexões bioéticas na formação do fisioterapeuta: perspectivas docentes e discentes**. Tese (Doutorado em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Medicina, 2018.

LIMA, Marcelli Ingrid Silva, et al. **As Políticas para diversidade na Educação Superior**. II CONEDU, Congresso Nacional de Educação, 2015.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flavio de Oliveira. **Neopentecostalismo: os pentecostais estão mudando**. 1995.

MCGUIRE, Meredith. **Lived religion: faith and practice in everyday life**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

MELLO, Gabriela Regina Kuhnen. **Eutanásia: A Decisão entre a vida e a morte**. Trabalho De Conclusão De Curso, Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. Edições Loyola, 1990.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. Edusp, 2008.

MILOT, Micheline; ESTIVALÈZES, Mireille. La prise en compte de la diversité religieuse dans l'enseignement scolaire en France et au Québec. **Éducation et Francophonie**, v. 36, n. 1, p. 86-102, 2008.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. **Novos estudos CEBRAP**, n. 74, p. 47-65, 2006.

MONTERO, Paula. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia**, v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009.

NOVAES, Regina. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. *In*: FRIDMAN, L. C (Org.). **Política e cultura**, século XXI. Rio de Janeiro: ALERJ/Relume Dumará, p. 63-98, 2002.

NUNES, Rui. Proposta sobre suspensão e abstenção de tratamento em doentes terminais. **Revista Bioética**, v. 17, n.1. 2009.

PAGÉ, Michel. Citoyenneté et pluralisme des valeurs. *In*: PAGÉ, Michel, MC ANDREW, Marie, GAGNON, France (Org.). **Pluralisme, citoyenneté et éducation** Montreal: Harmattan, 1996.

PESSINI, Léo. A eutanásia na visão das grandes religiões mundiais (Budismo, Islamismo, Judaísmo e Cristianismo). *Revista O Mundo da Saúde*, v. 23, n. 5, p. 317-331, 1999.

PESSINI, Léo. **Eutanásia**: por que abreviar a vida? São Paulo: Edições Loyola, 2004.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Estudos avançados**, v. 18, n. 52, p. 223-238, 2004.

PRANDI, Reginaldo. Sincretismo afro-brasileiro, politeísmo e questões afins. **Debates do NER**, v. 1, n. 19, p. 11-28, 2011.

Revista dos Tribunais. **Código Penal**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais; 2004.

RIBEIRO, Lidice Meyer Pinto. A implantação e o crescimento do islã no Brasil. **Estudos de religião**, v. 26, n. 43, p. 106-135, 2012.

RODRIGUES, Denise. Religiosos sem igreja: um mergulho na categoria censitária dos sem religião. **Revista de estudos da religião**, p. 31-56, 2007.

SALLES, Álvaro Ângelo. Bioética e processos de religiosidade entre os pacientes com doenças terminais no Brasil. **Revista Bioética**, v. 22, n. 3. p. 397-406, 2014.

SANCHEZ, Wagner Lopes. Elementos para a análise do campo religioso no Brasil. **Revista do Núcleo de Estudos de Religião e Sociedade (NURES)**. n. 2, 2006.

SCHWADE, Elisete. *Neo-esoterismo no Brasil*: Dinâmica de um campo de estudos. **BIB: revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais**, São Paulo, n. 61, p. 5-24, 2006.

SILVA, Antônio Sérgio Mota. Nietzsche e a crítica da religião. **Revista FAFIC**, v. 1, p. 1, 2012.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa**: impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. Edusp, 2007.

SILVA, Victor Augusto Araújo. **Grupos suprapartidários no Congresso brasileiro**: uma análise da Frente Parlamentar Evangélica. 2012.

SIQUEIRA, Deis. Novos movimentos religiosos como desafio à Sociologia da Religião na atualidade. **Caminhos**, Goiânia, v. 6, n.1, 2008.

SIQUEIRA, José Eduardo. Educação bioética para profissionais da saúde. **Revista Bioethilos**. Centro Universitário São Camilo, v. 6, n. 1, p. 66-77, 2012.

SOUSA, Rodrigo Franklin de. Religiosidade no Brasil. **Estudos avançados**, v. 27, n. 79, p. 285-288, 2013.

SPINNER, Jeff. **The Boundaries of Citizenship**. *Baltimore*: John Hopkins University Press, 1994.

TEIXEIRA, Faustino. Faces do catolicismo brasileiro contemporâneo. **Revista Usp**, n. 67, p. 14-23, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **Pourrons-nous vivre ensemble? Égaux et différents**. Paris: Fayard, 1997.

USARSKI, Frank. O momento da pesquisa sobre o budismo no Brasil: tendências e questões abertas. **Debates do NER**, v. 7, n. 9, p. 129-141, 2006.

VALENTE, Waldemar. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. Brasileira, 1955.

VIEIRA, José Álvaro Campos. Os “sem religião”: dados para estimular a reflexão sobre o fenômeno. **Revista Horizonte**, v. 13, n. 37, 2015.

VINHA, Telma Pileggi. O educador e a moralidade infantil numa Visão Perspectiva construtivista. **Revista do Cogeime**, nº 14, p. 15-38, Jul. 1999.

WEBER, Max. **Le savant et le politique**. Paris: Plon, p. 539, 1965.

WEBER, Max. **The sociology of religion**. London: Methuen, 1966.

WEITHMAN, Paul J. **Religion and the Obligations of Citizenship**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

WEREBE, Maria José Garcia. A laicidade do ensino público na França. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, Set/Out/Nov/Dez, p.192-213, 2004.

## ANEXO I – QUESTIONÁRIO

Este questionário faz parte de uma pesquisa e os resultados serão utilizados de forma confidencial; portanto, não é preciso assiná-lo. É muito importante que você responda ao questionário com sinceridade.

Desde já agradecemos sua colaboração e empenho.  
Um grande abraço,  
Auriceia Ferreira Souto

1. Sexo

1.  M                      2.  F

2. Idade

1.  até 20 anos

2.  até 30 anos

3.  até 40 anos

4.  até 50 anos ou mais

3. Ao falarmos de religião você se considera

1.  religioso

2.  não religioso

4. Qual a sua religião?

( ) não tenho

R: \_\_\_\_\_

5. O que você acha a respeito da eutanásia?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6. Já houve alguma situação em sala de aula, sobretudo, durante a aula da disciplina Bioética e Deontologia, em que você se sentiu desconfortável ou ofendido (a)?

R: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

7. Por quê? (Caso a resposta para a pergunta acima seja sim)

R: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



## ANEXO II – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.



FACULDADE INDEPENDENTE DO NORDESTE - FAINOR

Credenciada pela Portaria MEC n.º 1.393, de 04 de julho de 2001  
Publicado no DOU de 09 de julho de 2001

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE.

Prezado (a) Senhor (a), sou (nome do pesquisador participante/ assistente) e estou realizando juntamente com Auriceia Ferreira Souto Spósito o estudo sobre A (in)tolerância religiosa sobre a eutanásia: um estudo de caso com uma turma do curso de Fisioterapia de uma instituição de ensino superior de Vitória da Conquista – BA.

O Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar, como voluntário (a), desta pesquisa. Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, também não receberá qualquer vantagem financeira. Suas dúvidas referentes a esta Pesquisa serão esclarecidas e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelos pesquisadores, que tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores.

Este Termo de Consentimento livre e Esclarecido – TCLE, encontra-se impresso em duas vias originais de mesmo teor, sendo que uma será arquivada pelos pesquisadores responsáveis, e a outra será fornecida ao senhor. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a Re

solução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

A Pesquisa tem por objetivo: Investigar a (in) tolerância religiosa a respeito do tema eutanásia em uma turma do curso de Fisioterapia na disciplina Bioética e Deontologia da Instituição de Ensino FAINOR. Para tanto, realizaremos a investigação por meio de um simples questionário constituído de cinco perguntas, respondidas anonimamente, sobre o tema da eutanásia abordada em sala de aula. Posteriormente, a análise de dados será feita por meio dos questionários respondidos; as respostas serão coletadas e organizadas quantitativa e qualitativamente, a depender da pergunta.

O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora. Os resultados gerais obtidos nesta pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos, incluída sua publicação em eventuais congressos ou revistas científicas, preservando, obviamente, o anonimato de cada participante.

Considerando que toda pesquisa oferecer RISCOS e BENEFÍCIOS, nesta pesquisa o mesmo pode ser avaliado como:

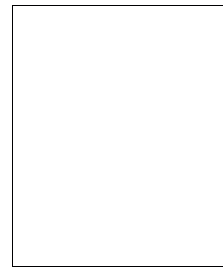
**RISCOS:** Os riscos contidos nesta pesquisa são de ordem psicológica, intelectual ou emocional, uma vez que há a possibilidade do participante se constranger ao responder o questionário, se estressar ou sentir vergonha. (ATENÇÃO! Caso necessário, o participante terá direito a assistência integral gratuita devido a danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios pelo tempo que for necessário e a indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa (Itens IV.3.h, II. 3.1 e II. 3.2 da Resolução CNS no 466 de 2012).

**BENEFÍCIOS:** A colaboração com a comunidade científica que carece de pesquisas que abordam este tema, tão necessário a ser debatido nos dias atuais.

Sua colaboração se fará de forma anônima, por meio de questionário e os objetivos são estritamente acadêmicos.

Por este meio, (nome do participante da pesquisa em letra de forma), AUTORIZO o uso dos meus dados neste Projeto de Pesquisa, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com os (as) pesquisadores (as) envolvidos (as), concordo em participar deste estudo como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pelo (a) pesquisador (a) sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Compreendo que não irei receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus em troca,

e participarei com a finalidade exclusiva de colaborar para as conclusões acadêmicas e científicas da mesma. Foi garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento até a publicação dos dados, sem que isto leve a qualquer penalidade e (ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento) e que se houver necessidade, as despesas para a minha participação serão assumidas ou ressarcidas pelos pesquisadores.



Impressão Datiloscópica

Assinatura do Participante

<hr/> NOME PESQUISADOR RESPONSÁVEL TEL. E-MAIL	<hr/> NOME PESQUISADOR ASSISTENTE/PARTICIPANTE E TEL. E-MAIL
---	--

*O que é CEP/FAINOR? O CEP/FAINOR é um colegiado interdisciplinar e independente, com “munus público”, isso é, uma obrigação de acordo com lei, de caráter consultivo, deliberativo e educativo. Foi criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade. Além disso, tem, também, o propósito de contribuir no desenvolvimento da pesquisa, dentro de padrões éticos.*

ENDEREÇO INSTITUCIONAL DOS PESQUISADORES  
 : Faculdade Independente do Nordeste – FAINOR.  
 Av. Luis Eduardo Magalhães, 1035 - Candeias - Vitória  
 da Conquista - BA  
 CEP: 45000 - 000  
 Telefone: (77) 3161 – 1000

ENDEREÇO DO COMITÊ DE ÉTICA:  
 Av. São Luiz, nº 31 – Núcleo de Pós-  
 Graduação, Pesquisa Extensão 2º And  
 ar. Vitória da Conquista - BA  
 CEP: 45055-080  
 Telefone: (77) 3161-1071  
 E-mail: [cep@fainor.com.br](mailto:cep@fainor.com.br)  
 Horário de Funcionamento: Segunda a  
 sexta, em horário comercial.